



RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 25ª VARA DO TRABALHO DE PORTO ALEGRE EM 05.09.2016

Aos 05 dias do mês de setembro de 2016, compareceu à sede da 25ª Vara Trabalho de Porto Alegre o Excelentíssimo Senhor Marçal Henri dos Santos Figueiredo, Desembargador Vice-Corregedor do Tribunal do Trabalho da 4ª Região, acompanhado das servidoras Andrea Koliver e Maria Eneida Giordani, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0004722-85.2016.5.04.0000. O Desembargador Vice-Corregedor e a sua equipe foram recebidos pelo Juiz Substituto Gustavo Push, pelo Diretor de Secretaria Substituto Anderson Dressler e pelos servidores lotados nessa Unidade Judiciária. Com base nas informações prestadas pelos Gestores, nos autos de processos analisados e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a esta Vice-Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

1 INFORMAÇÕES GERAIS

Data da instalação da Vara do Trabalho: 18.03.1994

Data da última correição realizada: 26.10.2015

Data de Implantação do PJe: 23.09.2013

Jurisdição: Porto Alegre

1.1 Período Correcionado: de 1º.01.2015 a 05.09.2016

2 ESTRUTURA FUNCIONAL

2.1 JUÍZES

2.1.1 Juízes Atuais

Juiz (a)	Situação	Período
Flávia Padilha Vilande	Juíza Titular	Desde 25.05.2015
Gustavo Pusch	Juiz Substituto	Desde 27.04.2016

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 01.09.2016)

2.1.2 Circunscrição

Nos termos da Portaria nº 04/2016, da Corregedoria Regional deste TRT, a 25ª Vara Trabalho de Porto Alegre pertence à 38ª circunscrição da jurisdição territorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região. Essa circunscrição é dotada de lotação de 1 Juiz Substituto, ocupada pelo Juiz Gustavo Push.

2.1.3 Juízes que Atuaram no Período Correcionado

Juiz (a)	Período(s)	Situação/Motivo	Total
----------	------------	-----------------	-------



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

1	Valéria Hieinicke do Nascimento	31.05.2012 a 05.04.2015	Juíza Titular	2 anos, 10 meses e 5 dias
2	Flávia Padilha Vilande	Desde 25.05.2015	Juíza Titular	1 ano, 3 meses e 10 dias
3	Eliane Covolo Melgarejo	30.04.2012 a 31.03.2016	Juíza Substituta Lotada	3 anos, 11 meses e 2 dias
4	Laura Balbuena Valente Gabriel	09.02.2015 a 10.03.2015	Atuação em razão da Juíza Titular estar no exercício da Direção do Foro de Porto Alegre	1 mês e 2 dias
5	Gabriela Lenz de Lacerda	06.04.2015 a 12.04.2015	Atuação em razão da Juíza Substituta lotada encontrar-se no exercício da titularidade da Unidade Judiciária.	7 dias
6	Felipe Jakobson Lerrer	13.04.2015 a 24.05.2015	Atuação em razão da Juíza Substituta lotada encontrar-se no exercício da titularidade da Unidade Judiciária	1 mês e 12 dias
7	André Sessim Parisenti	15.10.2015	Atuação em razão de licença para tratamento de saúde em pessoa da família da Juíza Titular	1 dia
8	Rafael Moreira de Abreu	16..10.2015	Atuação em razão de licença para tratamento de saúde em pessoa da família da Juíza Titular	1 dia
9	Ivanise Marilene Uhlig de Barros	13.04.2016 a 17.04.2016	Atuação em razão da lotação da unidade encontrar-se vaga	5 dias
10	Marcela Casanova Viana Arena	18.04.2016 a 26.04.2016	Atuação em razão da lotação da unidade encontrar-se vaga	9 dias
11	Gustavo Pusch lotado	Desde 27.04.2016	Juiz Substituto Lotado	4 meses e 9 dias
12	Eduardo Batista Vargas	04.07.2016 a 05.07.2016	Atuação em virtude das férias do Juiz Substituto lotado	2 dias
13	Luis Henrique Bisso Tatsch	06.07.2016 a 07.07.2016	Atuação em virtude das férias do Juiz Substituto lotado	2 dias
14	Edenir Barbosa Domingos	11.07.2016 a 15.07.2016	Atuação em virtude das férias do Juiz Substituto lotado	

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 01.09.2016)



2.1.4 Afastamentos dos Juízes Titulares e dos Juízes Substitutos Lotados durante o Período Correccionado

Juiz (a)		Motivo	Dias de Afastamento	Total em Dias
Titular	Valéria Heinicke Nascimento	Exercício da Direção do Foro de Porto Alegre	09.02.2015 a 10.03.2015	30 dias
Titular	Flávia Padilha Vilande	Férias	16.07.2015 a 14.08.2015	30 dias
		Licença para tratamento de saúde em pessoa da família	15.10.2015 e 16.10.2015	2 dias
		Férias	07.01.2016 a 24.01.2016	18 dias
		Licença para tratamento de saúde em pessoa da família	26.01.2016	1 dia
		Férias	10.02.2016 a 21.02.2016	12 dias
		Licença para tratamento de saúde em pessoa da família	09.05.2016	1 dia
		Férias	18.07.2016 a 16.08.2016	30 dias
Substituta lotada	Eliane Covolo Melgarejo	Férias	09.02.2015 a 22.02.2015	14 dias
		Licença para tratamento de saúde - LTS	02.06.2015 e 03.06.2015	2 dias
		Licença para tratamento de saúde - LTS	05.06.2015 a 08.06.2015	4 dias
		Férias	05.10.2015 a 03.11.2015	30 dias
		Férias	14.03.2016 a 31.03.2016	18 dias
Substituto lotado	Gustavo Pusch	Férias	16.06.2016 a 01.07.2016	16 dias
		Férias	04.07.2016 a 17.07.2016	14 dias

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 01.09.2016)

2.2 SERVIDORES

2.2.1 Servidores Lotados



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	Servidor (a)	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Silviane Deporte Antunes Hamerski	Analista Judiciário - Área Administrativa	Diretor(a) de Secretaria (CJ3)	27.05.2015
2	Jose Antonio Machado	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente de Juiz Titular (FC05)	27.05.2015
-	Marlisa Meira Bueno	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente de Juiz Substituto (FC05)	26.04.2016
3	Diego Vital Barcarolo	Analista Judiciário- Área Judiciária	Assistente de Diretor de Secretaria (FC04)	01.09.2015
4	Italo Roque Madruga Sabadin	Técnico Judiciário - Área Administrativa	Secretário(a) de Audiência (FC03)	14.03.2016
5	Renata Busnello de Marchi	Técnico Judiciário - Área Administrativa	Secretário(a) de Audiência (FC03)	22.05.2015
6	Luciana Ribas da Silveira	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente (FC02)	14.07.2015
7	Maria de Lourdes Escouto Dias	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente (FC02)	24.06.2013
8	Anderson Dressler *Atual Diretor de Secretaria Substituto	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	09.03.2016
9	Gabriel Lazzari Miotto	Analista Judiciário - Área Judiciária	-	29.08.2016
10	Giselle Amaral Siqueira	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	23.05.2015
11	Herton Rodrigues Dressler	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	15.02.2016
12	Rossana da Silva Barboza Da Cunha	Analista Judiciário - Área Judiciária	-	15.09.2015
13	Simone Raquel Villetti Ximenes	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	21.05.2015

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 01.09.2016)

*O servidor Anderson Dressler já esteve lotado na Unidade nos períodos de 08.05.2007 a 27.10.2015

2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT



Processos Recebidos (Média Trienal dos anos de 2013, 2014 e 2015)	Faixa Processual (Resolução nº 63/2010)	Lotação na Unidade Judiciária	Lotação Adequada (Resolução nº 63/2010)
1.627,33 processos	1.500 a 2.000	13 servidores	13 a 14 servidores

A Resolução nº 63/2010 do CSJT instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo grau. Consideradas as alterações realizadas posteriormente pelas Resoluções nº 77 e 83/2011, também do CSJT, e, visando o cumprimento da Meta Nacional nº 3 do Conselho Nacional de Justiça para o exercício de 2014, o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região adotou os seguintes critérios para definição da lotação mínima das unidades judiciárias de 1º grau: a) quando a movimentação processual se situar na metade inferior da faixa correspondente, o quantitativo de servidores será igual ao do limite inferior e b) quando a movimentação processual se situar na metade superior da faixa correspondente, o quantitativo de servidores será igual ao do limite superior. A Administração estabeleceu como diretriz a utilização do número máximo de servidores previsto na Resolução CSJT 63/2010, sempre que possível, para cada faixa de movimentação processual das Varas do Trabalho.

Com base no exposto, o número atual de servidores da 25ª Vara do Trabalho está de acordo com os parâmetros previstos nas referidas normas.

2.2.3 Afastamentos dos Servidores durante o Período Correcionado

Servidor (a)	Motivo	Nº de dias de Afastamento	Total (em dias)
Silviane Deporte Antunes Hamerski Desde 27.05.2015*	Curso ou Evento (CURS)	05	210
	Curso Parcial	01	
	Licença Gestante (LG)	120	
	Licença Gestante Prorrogação (LG)	60	
	Doença em Pessoa da Família (LPF)	10	
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	14	
Jose Antonio Machado Desde 27.05.2015*	Curso ou Evento (CURS)	01	03
	Licença para Tratamento de Saúde - Odonto (LTS)	02	
Marlisa Meira Bueno Desde 26.04.2016*	-	-	-
Diego Vital Barcarolo Desde 01.09.2015*	Curso ou Evento (CURS)	04	07
	Curso Parcial	01	
	Prazo para deslocamento (PD)	02	



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Italo Roque Madruga Sabadin Desde 14.03.2016*	Curso ou Evento (CURS)	04	06
	Dispensa do ponto (DPON)	01	
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	01	
Renata Busnello de Marchi Desde 22.05.2015 *	Dispensa Médica (DM)	01	03
	Doença em Pessoa da Família (LPF)	01	
	Licença para Tratamento de Saúde - Odonto (LTS)	01	
Luciana Ribas da Silveira Desde 14.07.2015*	-	-	-
Maria de Lourdes Escouto Dias Desde 24.06.2013*	Curso ou Evento (CURS)	05	09
	Curso Parcial	04	
Anderson Dressler Desde 09.03.2016*	-	-	-
Gabriel Lazzari Miotto Desde 29.08.16*	-	-	-
Giselle Amaral Siqueira Desde 23.05.2015	Curso ou Evento (CURS)	02	08
	Dispensa Médica (DM)	01	
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	05	
Herton Rodrigues Dressler Desde 15.02.2016*	Curso ou Evento (CURS)	02	12
	Prazo para deslocamento (PD)	10	
	Tele- Trabalho	Desde 19.08.2016	
Rossana da Silva Barboza Da Cunha Desde 15.09.2015*	Curso ou Evento (CURS)	02	29
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	27	
	Tele- Trabalho	Desde 26.07.2016	
Simone Raquel Villetti Ximenes Desde 21.05.2015	Curso ou Evento (CURS)	04	05
	Curso Parcial	01	

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 01.09.2016)

* Servidor lotado na Unidade Judiciária inspecionada durante a vigência do período correccionado: somente são computados os afastamentos ocorridos a partir da data da vinculação do servidor à referida Unidade.



2.2.4 Greve dos Servidores durante o Período Correccionado

Considerando sua influência nos dados estatísticos, registra-se o movimento grevista deflagrado pelos servidores do Judiciário Federal no ano de 2015. Na Vara do Trabalho inspecionada, de 29.06.2015 até o final do movimento grevista, houve limitação de expediente externo ao horário das 14h às 18h, mantidos os prazos processuais e a realização de audiências, conforme a Portaria nº 01/2015, expedida pela Juíza Flavia Cristina Padilha Vilande.

2.2.5 Movimentação de Servidores durante o Período Correccionado

Servidor (a)	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída
1 Adriana Pavao Schmitz	09.03.10	15.09.15	05 anos, 06 meses e 07 dias	Lotação na 1ª Vara do Trabalho de Porto Alegre – Secretária de Audiência FC 03
2 Alvaro Demetrio Souza	06.07.15	13.03.16	08 meses e 08 dias	Lotação na Vara do Trabalho de Viamão
3 Alvaro Strube De Lima	11.03.15	05.07.15	03 meses e 25 dias	Lotação na Secretaria de Comunicação Social
4 Anderson Dressler	08.05.07	27.10.15	08 anos, 05 meses e 20 dias	Lotação na 26ª Vara do Trabalho- Assistente de Diretor de Secretaria – FC04
5 Andressa Reginato	09.09.14	10.05.15	08 meses e 02 dias	Lotação na 16ª Vara do Trabalho de Porto Alegre- Secretária de Audiência FC03
6 Carolina Ritter Parcianello	09.01.12	28.08.16	04 anos, 07 meses e 20 dias	Lotação no Gab. Desa. Maria Helena Lisot- Assistente de Gabinete FC05



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

7	Dener Pires De Oliveira	22.02.13	04.06.15	02 anos, 03 meses e 13 dias	Vara do Trabalho de Palmeira das Missões – Assistente de Juiz Substituto FC05
8	Denise Schneider Teixeira Bortolanza*	13.08.14	11.04.16	01 ano, 07 meses e 29 dias	Lotação na Vara do Trabalho de Frederico Westphalen - Assistente de Juiz Substituto FC05
9	Euler Neiva Fuques	06.08.03	25.06.15	01 ano, 10 meses e 20 dias	Lotação na 24ª Vara do Trabalho de Porto Alegre
10	Karina Netto Bilher	19.05.14	17.05.15	11 meses e 29 dias	Lotação na Seção de Controle Orçamentário
11	Luisa Drews Kluck	23.02.15	31.08.15	06 meses e 09 dias	Lotação no Gab. Do Exmo. Des. Ricardo Hofmesister – Assistente de gabinete FC05
12	Marcelo Borges De Oliveira	30.04.15	01.06.15	01 mês e 02 dias	Lotação na Secretaria de Gestão de Pessoas
13	Rogerson De Medeiros Batista	25.06.15	08.03.16	08 meses e 14 dias	Lotação na 21ª Vara do Trabalho de Porto Alegre – Assistente FC02
14	Rossana Sofia De Freitas	23.04.07	26.05.15	01 mês e 04 dias	Aposentadoria
15	Sheila Haguiwara Antunes	09.06.11	26.03.15	03 anos, 09 meses e 18 dias	Lotação no Ga. Des. Marçal Henri dos Santos Figueiredo
16	Simone Low Eizerik	20.06.12	22.04.2015	02 anos, 10 meses e 03 dias	Lotação na 1ª Vara do Trabalho de São Leopoldo – Assistente de



					Juiz Substituto (FC05)
--	--	--	--	--	------------------------

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 01.09.2016)

* A servidora ocupava função comissionada de Assistente de Juiz Substituto (FC05) na Vara do Trabalho correccionada.

2.2.6 Estagiários

	Estagiário (a)	Curso em Andamento	Período
1	Giovanni Trindade de Moraes	Direito	13.10.2015 a 10.10.2016
2	Nicole Colombo Martins	Direito	10.08.15 a 09.02.2017

3 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL*

3.1 FAIXA DE MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DA UNIDADE

Nos termos dos anexos III e IV da Resolução nº 63/2010 do CSJT, foram estabelecidas faixas de movimentação processual para padronização estrutural e de pessoal dos órgãos de primeiro grau da Justiça do Trabalho. Para fins comparativos e de análise da evolução dos dados estatísticos, as Varas do Trabalho da 4ª Região foram classificadas conforme os critérios de movimentação processual estabelecidos naquela Resolução.

Em face disso, a 25ª Vara Trabalho de Porto Alegre foi enquadrada na faixa de movimentação processual de 1.501 a 2.000 processos por ano. Dessa forma, os dados estatísticos da Unidade serão comparados com a média das demais Unidades Judiciárias situadas na mesma faixa de movimentação processual constantes do quadro abaixo, bem como com a média de toda as unidades de 1ª instância de todo o TRT4.

Unidades Judiciárias com 1.501 a 2.000 processos por ano	2013	2014	2015	Média
Canoas - 05a Vara	1.413	1.512	1.598	1.507,67
Caxias do Sul - 01a Vara	1.623	1.864	2.108	1.865,00
Caxias do Sul - 02a Vara	1.604	1.870	2.023	1.832,33
Caxias do Sul - 03a Vara	1.627	1.883	2.077	1.862,33
Caxias do Sul - 04a Vara	1.582	1.861	2.059	1.834,00
Caxias do Sul - 05a Vara	1.611	1.846	2.063	1.840,00
Guaíba - 01a Vara	2.407	1.414	1.918	1.913,00
Porto Alegre - 01a Vara	1.514	1.627	1.710	1.617,00
Porto Alegre - 02a Vara	1.503	1.611	1.713	1.609,00
Porto Alegre - 03a Vara	1.512	1.595	1.727	1.611,33



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Porto Alegre - 04a Vara	1.533	1.558	1.782	1.624,33
Porto Alegre - 05a Vara	1.511	1.618	1.715	1.614,67
Porto Alegre - 06a Vara	1.495	1.602	1.744	1.613,67
Porto Alegre - 07a Vara	1.515	1.567	1.732	1.604,67
Porto Alegre - 08a Vara	1.518	1.574	1.684	1.592,00
Porto Alegre - 09a Vara	1.531	1.589	1.761	1.627,00
Porto Alegre - 10a Vara	1.511	1.625	1.714	1.616,67
Porto Alegre - 11a Vara	1.520	1.688	1.776	1.661,33
Porto Alegre - 12a Vara	1.518	1.594	1.726	1.612,67
Porto Alegre - 13a Vara	1.523	1.597	1.679	1.599,67
Porto Alegre - 14a Vara	1.528	1.584	1.728	1.613,33
Porto Alegre - 15a Vara	1.499	1.643	1.779	1.640,33
Porto Alegre - 16a Vara	1.541	1.635	1.791	1.655,67
Porto Alegre - 17a Vara	1.532	1.597	1.715	1.614,67
Porto Alegre - 19a Vara	1.508	1.598	1.704	1.603,33
Porto Alegre - 20a Vara	1.534	1.592	1.710	1.612,00
Porto Alegre - 21a Vara	1.494	1.658	1.691	1.614,33
Porto Alegre - 22a Vara	1.505	1.568	1.727	1.600,00
Porto Alegre - 23a Vara	1.519	1.666	1.779	1.654,67
Porto Alegre - 24a Vara	1.527	1.599	1.702	1.609,33
Porto Alegre – 25ª Vara	1.511	1.612	1.759	1.627,33
Porto Alegre - 26a Vara	1.522	1.592	1.784	1.632,67
Porto Alegre - 27a Vara	1.500	1.593	1.763	1.618,67
Porto Alegre - 28a Vara	1.516	1.586	1.711	1.604,33
Porto Alegre - 29a Vara	1.509	1.705	1.745	1.653,00
São Leopoldo - 01a Vara	1.573	1.935	1.970	1.826,00
São Leopoldo - 02a Vara	1.561	1.935	1.978	1.824,67
São Leopoldo - 03a Vara	1.571	1.959	1.956	1.828,67
São Leopoldo - 04a Vara	1.538	1.984	1.969	1.830,33
Torres - 01a Vara	1.534	1.752	1.659	1.648,33
Viamão - 01a Vara	1.483	1.577	1.837	1.632,33

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 30.08.2016)

3.2 ACERVO DE PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO



Situação	2014	2015	Variação 2014- 2015	2016 (até 31.07.16)	Variação 2015- 2016
Pendentes de finalização na fase de conhecimento*	2.644	3.126	18,23%	3.223	3,10%
Pendentes de finalização na fase de liquidação**	277	256	-7,58%	307	19,92%
Pendentes de finalização na fase de execução***	1.786	1.659	-7,11%	1.579	-4,82%
Cartas precatórias e de ordem pendentes de devolução	76	83	9,21%	52	-37,35%
Total	4.783	5.124	7,13%	5.161	0,72%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 30.08.2016)

* Consideram-se finalizados, na fase de conhecimento, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com entrega definitiva dos autos à parte; d) com início da fase de liquidação ou de execução.

** Consideram-se finalizados, na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada.

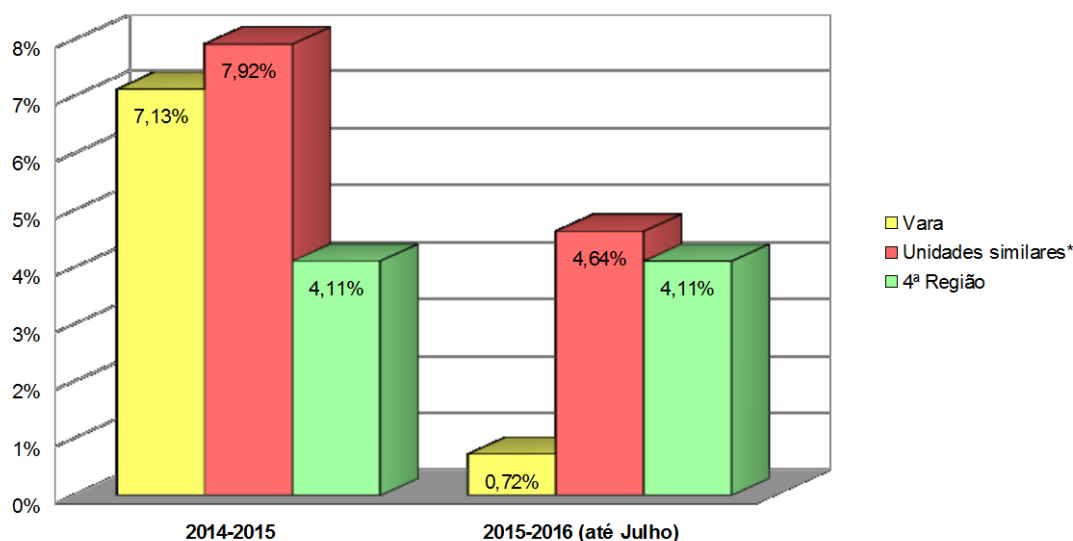
*** Consideram-se finalizados os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

No ano de 2015, houve majoração de 7,13% nos processos tramitando na Unidade Judiciária. Em números de processos, o conhecimento foi a fase que mais contribuiu para o aumento desse estoque (acréscimo de 482 processos).

A variação do acervo de processos na 25ª Vara Trabalho de Porto Alegre em 2015 foi inferior ao resultado apresentado pelas demais Unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual, em que houve crescimento de 7,32%, mas superior à média de toda 4ª Região no período, em que registrada uma elevação de apenas 4,11% no número de processos em tramitação. Registra-se que no período de janeiro a julho de 2016, o estoque de processos tramitando na unidade aumentou 0,72%, índice bastante inferior, e qualitativamente melhor, que aquele das Unidades semelhantes bem como à média regional no período, como aponta o gráfico abaixo.



Variação do acervo de processos tramitando



3.3 FASE DE CONHECIMENTO

3.3.1 Processos Pendentes de Solução

	2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 31.07.16)	Varição 2015-2016
Casos novos	1.612	1.759	9,12%	1.129	-35,82%
Sentenças anuladas/reformadas	2	3	50,00%	0	-100,00%
Processos solucionados (com e sem resolução de mérito)*	1.322	1.441	9,00%	955	-33,73%
Processos pendentes de solução	1.266	1.582	24,96%	1.752	10,75%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 30.08.2016)

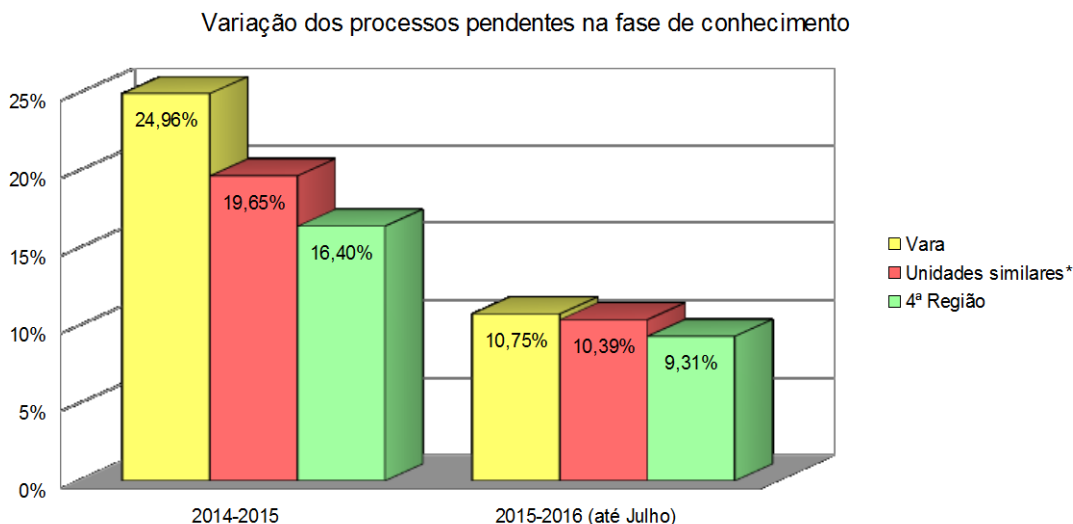
* Consideram-se solucionados, na fase de conhecimento, os processos em que proferida decisão com ou sem resolução de mérito

No ano de 2015, registrou-se uma elevação de 24,96% no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento em relação ao período anterior (de 1.266 para 1.582 processos). O principal motivo para o aumento do estoque na Unidade foi o número de casos novos em 9,12%. O aumento verificado na unidade foi superior à média das unidades de mesma faixa de movimentação processual (as quais registraram uma elevação de 19,65% em seus processos pendentes) e à média de todo o regional (em que o número de processos pendentes na fase de conhecimento avançou 16,40%).

Os dados dos sete primeiros meses de 2016 apontam aumento de 10,75% no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento. Esse índice foi bastante semelhante tanto à média das unidades com tramitação processual similar quanto à média de toda a 4ª Região no mesmo período, as quais



apresentaram aumento de 10,39% e 9,31%, respectivamente, conforme demonstrado no gráfico abaixo:



Ainda quanto aos processos pendentes de solução na fase de conhecimento, verifica-se que a maior parte destes se encontrava aguardando a aguardando encerramento da instrução em 31.12.2015 (51,2%). Além disso, convém destacar que, no período de 31.12.2014 a 31.12.2015, houve aumento de 43,84% no número de processos aguardando a prolação de sentença com prazo vencido na Unidade. Especificações no quadro abaixo:

Situação dos processos pendentes na fase de conhecimento					
	2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 31.07.16)	Varição 2015-2016
Aguardando 1ª sessão de audiência	268	318	18,66%	405	27,36%
Aguardando encerramento da instrução	670	810	20,90%	852	5,19%
Aguardando prolação de sentença – no prazo	109	139	27,52%	156	12,23%
Aguardando prolação de sentença – com prazo vencido	219	315	43,84%	339	7,62%
TOTAL	1.266	1.582	24,96%	1.752	10,75%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 30.08.2016)

3.3.2 Processos solucionados em relação aos distribuídos* e em relação aos pendentes de julgamento**

Processos solucionados em relação aos distribuídos



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 31.07.16)	Varição 2015-2016
Porto Alegre – 2ª Vara	82,01%	81,92%	-0,11%	84,59%	3,26%
Unidades similares*	84,08%	87,00%	3,47%	88,07%	1,23%
TRT4 - 1ª Instância	85,92%	89,11%	3,72%	89,32%	0,23%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 30.08.2016)

* Fórmula: [número de processos solucionados / processos recebidos]

Em 2015, foram solucionados na Unidade Judiciária 81,92% dos processos distribuídos no mesmo período, constatando-se uma redução de 0,11% em relação ao índice do ano anterior. O índice da Unidade foi inferior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e à média geral do TRT4 em 5,08 e 7,19 pontos percentuais, respectivamente.

Processos solucionados em relação ao total de processos pendentes de julgamento					
	2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 31.07.16)	Varição 2015-2016
Porto Alegre – 25ª Vara	50,15%	47,64%	-5,02%	35,23%	-26,05%
Unidades similares*	53,68%	53,42%	-0,49%	40,31%	-24,53%
TRT4 - 1ª Instância	55,82%	55,20%	-1,10%	42,14%	-23,67%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 30.08.2016)

** Fórmula: [número de processos solucionados / (resíduo anterior + processos recebidos)]

Quando considerado na base de cálculo o resíduo de processos pendentes do período anterior, o índice de processos julgados 25ª Vara Trabalho de Porto Alegre foi de 47,64% do número total de processos pendentes de julgamento, resultado 5,02% menor que o verificado no ano anterior. Esse desempenho foi superado pela média das demais unidades da mesma faixa de movimentação processual em 5,78 pontos percentuais e pela média de toda a 4ª Região em 7,57 pontos percentuais.

3.3.3 Processos Solucionados

Processos solucionados							
Tipo de solução		2014		2015		2016 (até 31.07.16)	
		QTD	%	QTD	%	QTD	%
Com exame de mérito	Conciliação	486	36,76	570	39,56	323	33,82
	Julgado procedente	20	1,51	17	1,18	18	1,88
	Julgado procedente em parte	502	37,97	490	34	355	37,17
	Julgado improcedente	123	9,3	109	7,56	53	5,55
	Extinto	5	0,38	4	0,28	16	1,68



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	Outras decisões	1	0,08	0	0	0	0
	SUBTOTAL	1.137	86,01	1.190	82,58	765	80,1
Sem exame de mérito	Extinto	22	1,66	28	1,94	42	4,4
	Arquivamento (art. 844 CLT)	139	10,51	189	13,12	91	9,53
	Desistência	22	1,66	26	1,8	21	2,2
	Outras decisões	2	0,15	8	0,56	36	3,77
	SUBTOTAL	185	13,99	251	17,42	190	19,9
TOTAL		1.322	100	1.441	100	955	100

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 30.08.2016)

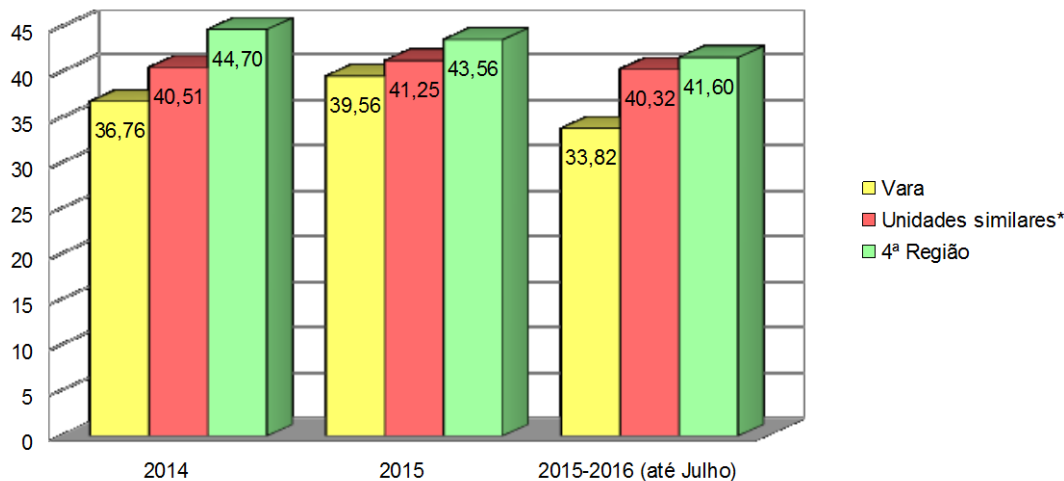
Verificou-se aumento de 119 processos solucionados na unidade Judiciária em 2015 na comparação com o ano anterior, o que representa um acréscimo de 9%. Esse índice se mostra aquém da média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual, nas quais o aumento alcançou 11,49%, mas além da média de todo o regional que, em 2015, apresentou um aumento de 8,19% no número de processos solucionados em relação ao ano anterior.

Dentre os tipos de solução, verificou-se incremento no número de decisões com resolução de mérito na Unidade, quando incluídos os processos conciliados. Contudo, excluídas as homologações de acordo, houve diminuição nas decisões com julgamento de mérito: 651 em 2014 e 620 em 2015, representando redução de 4,76%. O desempenho da Unidade nesse quesito foi inferior ao resultado médio obtido no conjunto das demais varas similares, que foi de aumento de 6,86%, bem como à média das unidades de primeira instância de toda a 4ª Região, que avançou 7,56%.

A análise do quadro acima demonstra, contudo, aumento do percentual de processos solucionados por conciliação na Unidade Judiciária. Em 2014, foram 486 conciliações na fase de conhecimento, correspondendo a 36,76 dos processos solucionados; em 2015, o número total de conciliações subiu para 570, correspondendo a 39,56% das soluções na fase de conhecimento – índice inferior, contudo, à média das unidades similares à correccionada, que foi de 41,25%, e à média regional de 2015, que foi de 43,56%, conforme explicitado no gráfico que segue. Por fim, constata-se que entre janeiro e julho do corrente ano, o índice de processos solucionados mediante acordo na fase de conhecimento foi de 33,82%, resultado inferior à média das unidades com movimentação similar e à média regional no período, conforme explicitado no gráfico que segue:



Percentual de conciliações nos processos solucionados



3.4 FASE DE LIQUIDAÇÃO

3.4.1 Processos pendentes de liquidação

	Liquidações				
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.07.16)	Variação 2015-2016
Iniciadas	451	411	-8,87%	301	-26,76%
Encerradas	374	390	4,28%	232	-40,51%
Pendentes	277	249	-10,11%	288	15,66%
Arquivo Provisório	2	1	-50,00%	1	0,00%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 30.08.2016)

O número de processos pendentes na fase de liquidação recuou de 277, em 2014, para 249, em 2015, importando em uma redução de 10,11%. Esse percentual foi muito superior à média das demais unidades com tramitação processual similar, que apresentou aumento de 0,34%, bem como à média de toda a primeira instância da 4ª Região, cujo estoque de processos pendentes na fase de liquidação aumentou 5,88%. O principal motivo dessa redução foi a diminuição das liquidações iniciadas associada ao aumento das liquidações encerradas em 2015.

Nos sete primeiros meses de 2016, houve avanço de 39 processos pendentes na fase de liquidação em relação a 31.12.2015 - o que corresponde a um aumento de 15,66%, índice superior ao das unidades similares à correccionada, que foi de redução de 5,06%, e à média regional de 2015, que foi de redução de 4,99%.



3.4.2 Liquidações encerradas em relação às iniciadas* e em relação ao total pendente de encerramento**

Liquidações encerradas em relação às iniciadas					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.07.16)	Variação 2015-2016
Porto Alegre – 25ª Vara	82,93%	94,89%	14,43%	77,08%	-18,77%
Unidades similares*	89,91%	88,77%	-1,27%	91,96%	3,59%
TRT4 - 1ª Instância	88,03%	88,43%	0,46%	93,01%	5,17%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 30.08.2016)

* Fórmula: [número de liquidações encerradas / número de liquidações iniciadas]

Em 2015, foram encerradas na Unidade Judiciária 94,89% das liquidações iniciadas no mesmo período, constatando-se aumento de 14,43% em relação ao índice do ano anterior. O índice da Unidade foi superior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e à média geral do TRT4 em 6,12 e 6,46 pontos percentuais, respectivamente.

Liquidações encerradas em relação ao total pendente de encerramento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.07.16)	Variação 2015-2016
Porto Alegre – 25ª Vara	55,33%	56,69%	2,46%	42,18%	-25,59%
Unidades similares*	54,99%	53,55%	-2,62%	45,41%	-15,20%
TRT4 - 1ª Instância	55,95%	54,32%	-2,92%	45,97%	-15,36%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 30.08.2016)

** Fórmula: [número de liquidações encerradas / (liquidações pendentes do período anterior + liquidações iniciadas)]

Quando considerado na base de cálculo o resíduo pendente do ano anterior, o índice de liquidações encerradas pela 25ª Vara Trabalho de Porto Alegre em 2015 foi de 56,69% do número total de liquidações a encerrar – resultado 2,46% superior ao verificado no ano anterior. Esse desempenho superou a média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e a média geral do TRT4 em 3,14 e 2,37 pontos percentuais, respectivamente.

3.5 FASE DE EXECUÇÃO

3.5.1 Processos Pendentes na Fase de Execução

		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.07.16)	Variação 2015-2016
Entrada	Iniciadas	507	506	-0,20%	325	-35,77%
	Desarquivadas para prosseguimento	736	472	-35,87%	17	-96,40%

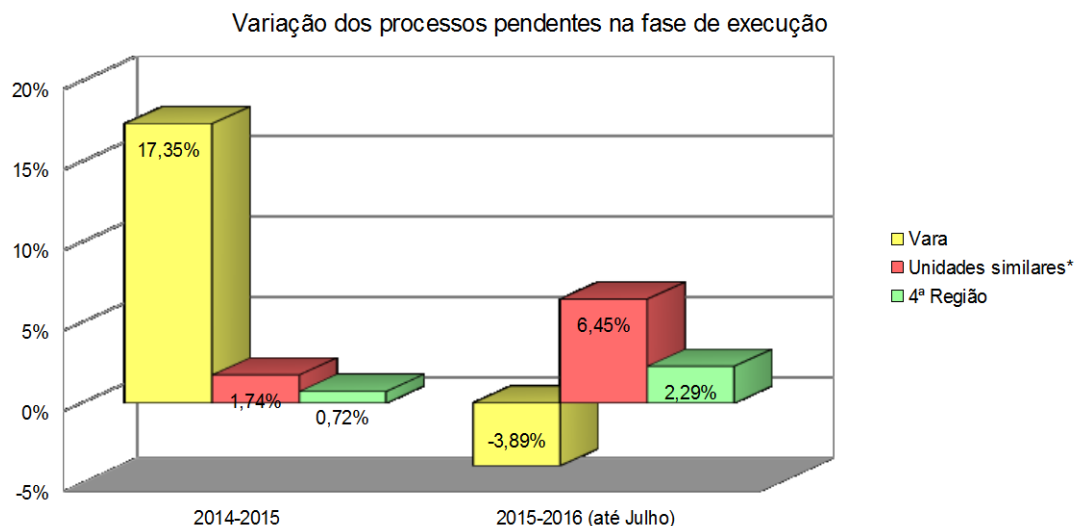


Saídas	Encerradas	488	371	-23,98%	247	-33,42%
	Arquivadas Provisoriamente	88	54	-38,64%	65	20,37%
Pendentes	Exclusivamente crédito previdenciário	18	20	11,11%	17	-15,00%
	Demais	881	1.035	17,48%	997	-3,67%
	Total	899	1.055	17,35%	1.014	-3,89%
Saldo no arquivo Provisório		1.075	655	-39,07%	702	7,18%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 30.08.2016)

Em 2015, o estoque de execuções pendentes na 25ª Vara Trabalho de Porto Alegre subiu de 899 para 1.055 processos, o que corresponde a um aumento de 17,35% em relação ao ano anterior. Esse índice foi maior do que aquele das unidades de porte semelhante e também do que a média geral do TRT4, os quais apresentaram aumentos, ainda que pequenos (1,74% e 0,72%, respectivamente). O principal fator a contribuir para o aumento do estoque foi a diminuição das execuções encerradas.

Por sua vez, os dados colhidos no período de janeiro a julho de 2016 apontam queda de 3,89% no estoque de processos pendentes na fase de execução, resultado mais positivo do que que a média regional no mesmo período, que indica aumento de 2,29%.



3.5.2 Execuções encerradas em relação às iniciadas* e em relação ao total pendente de encerramento**

Execuções encerradas em relação às iniciadas					
	2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 31.07.16)	Varição 2015-2016
Porto Alegre – 25ª Vara	96,25%	73,32%	-23,83%	76,00%	3,65%
Unidades similares*	92,88%	78,62%	-15,36%	58,52%	-25,56%



TRT4 - 1ª Instância	95,90%	80,03%	-16,54%	70,07%	-12,45%
---------------------	--------	--------	---------	--------	---------

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 30.08.2016)

* Fórmula: [número de execuções encerradas / número de execuções iniciadas]

Em 2015, foram encerradas na Unidade Judiciária 73,32% das execuções iniciadas no mesmo período, constatando-se uma redução de 23,83% em relação ao índice do ano anterior. O índice da Unidade foi inferior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e à média geral do TRT4 em 5,3 e 6,71 pontos percentuais, respectivamente.

Execuções encerradas em relação ao total pendente de encerramento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.07.16)	Variação 2015-2016
Porto Alegre – 25ª Vara	15,62%	14,96%	-4,20%	12,14%	-18,86%
Unidades similares*	15,50%	15,81%	1,99%	8,97%	-43,26%
TRT4 - 1ª Instância	15,51%	15,39%	-0,79%	10,23%	-33,53%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 30.08.2016)

** Fórmula: [número de execuções encerradas / (execuções pendentes do período anterior + número de execuções iniciadas)]

Quando considerado na base de cálculo o resíduo pendente do ano anterior, o índice de execuções encerradas 25ª Vara Trabalho de Porto Alegre em 2015 foi de 14,96% do número total de execuções a encerrar – resultado 4,2% menor que o verificado no ano anterior. Esse desempenho foi inferior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e à média geral do TRT4 em 0,85 e 0,43 pontos percentuais, respectivamente.

3.5.3 Banco Nacional de Devedores Trabalhistas

BNDT					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.07.16)	Variação 2015-2016
Processos com inclusão de devedor no BNDT	302	188	-37,75%	227	20,74%
Processos com exclusão de devedor no BNDT	170	121	-28,82%	96	-20,66%
Saldo de processos com devedores inscritos no BNDT	1.765	1.798	1,87%	1.893	5,28%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 30.08.2016)

O Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT, banco de dados de pessoas físicas e jurídicas devedoras inadimplentes em processo de execução trabalhista definitiva, foi organizado para expedição da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT. A fim de que se mantenham fidedignas as informações prestadas pela CNDT, impõe-se a atenção das



Unidades Judiciárias de primeiro grau aos procedimentos de inclusão, alteração e exclusão de dados dos executados no referido banco de dados.

Nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011, os atos relacionados à alteração da condição e exclusão do devedor no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) devem ser realizados com prioridade pelas Unidades Judiciárias. Para verificação do pleno cumprimento desse item pela 25ª Vara Trabalho de Porto Alegre, foi realizado um cotejo entre a listagem de execuções encerradas definitivamente desde 01.01.2015 e a listagem do saldo de processos com devedores ainda inscritos no BNDT em 30.08.2016. Dessa consulta, resultou uma lista de **2 processos** com execução encerrada definitivamente e que ainda possuem devedores inscritos no BNDT, conforme relação abaixo:

1	Processo nº 0000417-77.2011.5.04.0018
	Em 18-1-2016 foi lançado o andamento “extinta a execução”. Em 13-5-2016 foi lançado o andamento “arquivado definitivamente”. No entanto, a executada Ondrepsb Limpeza e Serviços Especiais Ltda., permanece inscrita junto ao BNDT, atualmente com a informação “sem garantia total do juízo”.
2	Processo nº 0007500-70.2004.5.04.0025
	Em 9-3-2016 foram lançados os andamentos “extinta a execução” e “arquivado definitivamente”. No entanto, a executada Servimed Serviços de Assistência Médica Ltda. permanece inscrita junto ao BNDT, atualmente com a informação “sem garantia total do juízo”.

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 30.08.2016)

Sinala-se, finalmente, que é do conhecimento desta Corregedoria que o sistema e-Gestão não está extraindo as informações de exclusão de devedores no BNDT nos processos judiciais eletrônicos (PJe-JT). Já foram solicitadas informações ao Comitê Gestor do e-Gestão acerca da matéria.

3.6 INCIDENTES PROCESSUAIS

	Incidentes processuais								
	2014			2015			2016 (até 31.07.16)		
	Rece- bidos	Julga- dos	Pen- dentes	Rece- bidos	Julga- dos	Pen- dentes	Rece- bidos	Julga- dos	Pen- dentes
Embargos de declaração	310	281	104	263	244	148	134	167	106
*Antecipações de tutela	129	24	94	155	46	166	134	34	123
Impugnações à sentença de liquidação	42	27	40	56	37	66	36	39	65
Embargos à execução	177	162	134	204	145	196	132	117	210



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Embargos à arrematação	5	6	3	2	2	3	0	1	2
Embargos à adjudicação	3	3	0	0	0	0	0	0	0
Exceções de pré-executividade	19	18	14	16	13	17	9	5	21
TOTAL	685	521	389	696	487	596	445	363	527

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 30.08.2016)

*A lista de processos com pedidos de antecipação de tutela pendente de solução está anexada ao final deste relatório (Anexo 01).

Com base nos dados do quadro acima, constatou-se que foram recebidos 696 incidentes processuais em 2015 na Unidade Judiciária, o que corresponde a uma elevação de 1,61% em relação ao ano anterior. Percebe-se, também, que o número de incidentes processuais julgados caiu 6,53% na comparação entre os anos de 2014 e 2015, passando de 521 para 487; em face disso, o número total de incidentes processuais pendentes de decisão subiu de 389, em 2014, para 596 processos, em 2015. Destaca-se, por fim, que em 31.07.2016 o saldo de incidentes processuais pendentes de decisão era de 527 processos, saldo 11,58% inferior ao do final de 2015. Os embargos à execução eram a espécie que correspondia à maior parte dos incidentes ainda pendentes (39,85%).

Ainda em relação aos incidentes processuais pendentes de decisão, constatou-se que alguns foram apresentados há mais de seis meses sem que fossem os autos feitos conclusos ao Juiz e/ou sem registro de sua decisão conforme apontamentos no quadro abaixo:

1	Processo nº 0001444-40.2012.5.04.0025
Situação processual: Em 24/09/2015 foram opostos Embargos Declaratórios pela parte reclamante . Entretanto, não foi realizada a específica conclusão e solução ao incidente, que permanece pendente junto ao sistema e-Gestão.	
2	Processo nº 0020008-28.2016.5.04.0025
Situação processual: Em 06/01/2016 foi formulado Antecipação de Tutela , que foi apreciado e indeferido em 13/01/2016. Entretanto, a decisão foi proferida mediante simples despacho. Sem que tenha sido dada a específica solução no sistema (não concedida antecipação de tutela), permanece a pendência junto ao sistema e-Gestão.	
3	Processo nº 0006200-34.2008.5.04.0025
Situação processual: Foi apresentada Exceção de pré-executividade pela parte reclamada, a qual não foi recebida, por incabível. Entretanto, sem que tenha sido dada a conclusão e solução específica ao incidente, permanece a pendência junto ao sistema.	

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 01.09.2016)

Ainda, mediante tal verificação, foram também identificados os seguintes processos com a mesma pendência de antecipações de tutela no sistema E-Gestão, em razão de inadequada solução no sistema PJe:



Processos		
20008-28.2016.5.4.25	20017-87.2016.5.4.25	20032-56.2016.5.4.25
20043-85.2016.5.4.25	20048-10.2016.5.4.25	20077-60.2016.5.4.25
20080-15.2016.5.4.25	20109-65.2016.5.4.25	20323-27.2014.5.4.25
20710-8.2015.5.4.25	20719-67.2015.5.4.25	20733-51.2015.5.4.25
20839-13.2015.5.4.25	20840-95.2015.5.4.25	20872-3.2015.5.4.25
20880-77.2015.5.4.25	20922-29.2015.5.4.25	20923-14.2015.5.4.25
20940-50.2015.5.4.25	20960-41.2015.5.4.25	20985-54.2015.5.4.25
21010-67.2015.5.4.25	21035-80.2015.5.4.25	21082-20.2015.5.4.4
21108-52.2015.5.4.25	21151-86.2015.5.4.25	21180-39.2015.5.4.25
21219-36.2015.5.4.25	21225-43.2015.5.4.25	21249-71.2015.5.4.25
21263-55.2015.5.4.25	21278-24.2015.5.4.25	21283-46.2015.5.4.25
21286-98.2015.5.4.25	21302-52.2015.5.4.25	21308-59.2015.5.4.25
21339-79.2015.5.4.25	21367-47.2015.5.4.25	21386-53.2015.5.4.25
21431-57.2015.5.4.25	21477-46.2015.5.4.25	21480-98.2015.5.4.25
21481-83.2015.5.4.25	21504-29.2015.5.4.25	21507-81.2015.5.4.25
21545-93.2015.5.4.25	21565-84.2015.5.4.25	21566-69.2015.5.4.25
21568-14.2015.5.4.1	21620-35.2015.5.4.25	21622-5.2015.5.4.25
21661-2.2015.5.4.25	21662-84.2015.5.4.25	21697-44.2015.5.4.25
21701-81.2015.5.4.25	21726-94.2015.5.4.25	21737-26.2015.5.4.25
21745-3.2015.5.4.25	21746-85.2015.5.4.25	21751-10.2015.5.4.25
21764-9.2015.5.4.25	21816-5.2015.5.4.25	53601-73.2001.5.4.25
Total: 63		

Dados obtidos em 01.09.2016

Assim, diante das informações processuais descritas, verificam-se distorções estatísticas no relatório de incidentes processuais pendentes de decisão na Unidade Judiciária, os quais decorrem de erros de lançamento de andamentos processuais no sistema informatizado.

Registre-se que tais dados possuem reflexos inclusive nos processos de promoções dos Magistrados.

4 PRAZOS MÉDIOS DE TRAMITAÇÃO

4.1 FASE DE CONHECIMENTO

Prazos médios (em dias)				
2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 31.07.16)	Varição 2015-2016

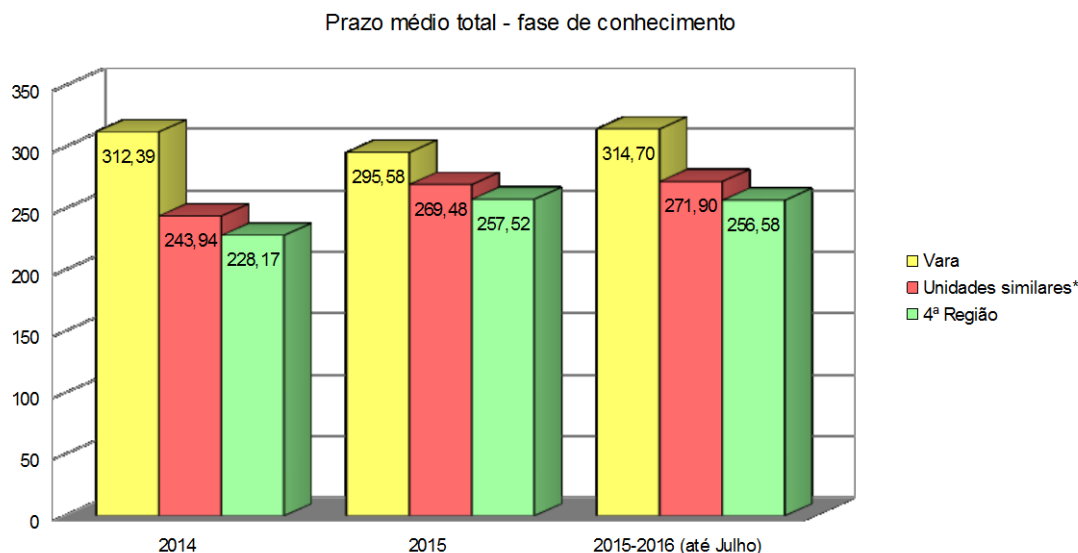


Do ajuizamento da ação à prolação da sentença	Média Sumaríssimo	113,78	133,20	17,07%	125,92	-5,46%
	Média Ordinário	334,82	315,91	-5,65%	338,53	7,16%
	Média Geral	312,39	295,58	-5,38%	314,70	6,47%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 30.08.2016)

No ano de 2015, o prazo médio geral decorrido entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença na 25ª Vara Trabalho de Porto Alegre apresentou uma redução de 5,38%, passando de 312,39 para 295,58 dias. Nos meses de janeiro a julho de 2016 houve, contudo, aumento de 6,47% no prazo médio da unidade, que alcançou 314,7 dias.

O lapso médio de tramitação processual total na fase de conhecimento na Unidade Judiciária em 2015 foi 9,68% mais moroso (26,09 dias) que a média das unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e 14,78% mais moroso (38,06 dias) que a média de toda as Unidades de 1ª instância do TRT4. Os dados dos primeiros sete meses de 2016 indicam que o prazo médio total da fase de conhecimento foi 15,74% mais longo (42,8 dias) que o das demais Unidades Similares e 22,65% mais longo (58,13 dias) que o da 4ª Região, ampliando as diferenças verificadas no ano anterior. Especificações no gráfico abaixo:



4.2 FASE DE LIQUIDAÇÃO

Prazos médios (em dias)				
2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 31.07.16)	Varição 2015-2016



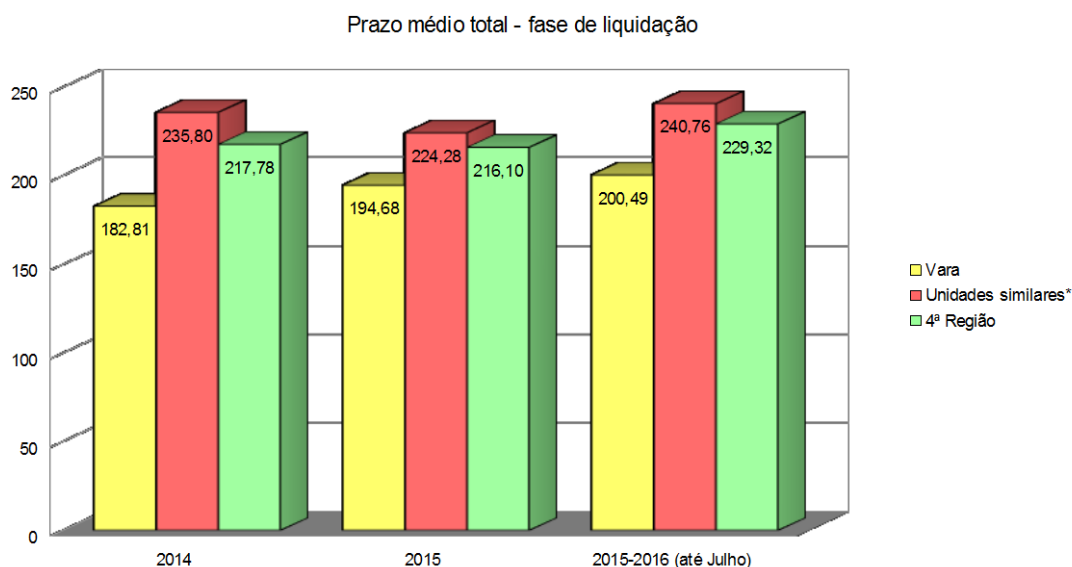
Do início ao encerramento da liquidação	Média Sumaríssimo	127,45	211	65,55%	193,82	-8,14%
	Média Ordinário	188,4	194,18	3,07%	201,08	3,55%
	Média Geral	182,81	194,68	6,49%	200,49	2,99%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 30.08.2016)

No ano de 2015, o prazo médio geral decorrido entre o início e o encerramento da liquidação foi de 194,68 dias, apresentando aumento de 6,49% em relação ao ano anterior. Os dados do ano de 2016, colhidos de janeiro a julho, apontam nova tendência de aumento do prazo médio entre o início e o encerramento da liquidação, dessa vez de 2,99%.

Apesar do aumento registrado no prazo, constatou-se que o lapso de tramitação processual total na fase de liquidação na Unidade Judiciária em 2015 foi 13,2% mais célere (29,6 dias) que o desempenho de todas as Varas Trabalhistas constantes da mesma faixa de movimentação processual e 9,91% mais célere (21,42 dias) na comparação com a média da 1ª instância de toda a 4ª Região.

Os dados do período de janeiro a julho de 2016 indicam aumento no prazo médio da unidade. Contudo, tal prazo permanece sendo 16,72% mais curto (40,27 dias) que o das demais Unidades Similares e 12,57% mais curto (28,82 dias) que o da 4ª Região, conforme apontado no gráfico abaixo.



4.3 FASE DE EXECUÇÃO

Prazos médios (em dias)				
2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 31.07.16)	Varição 2015-2016



Do início ao encerramento da execução	Média Ente privado	418,77	550,05	31,35%	648,77	17,95%
	Média Ente público	1.180,82	1.232,69	4,39%	1.467,07	19,01%
	Média Geral	452,08	598,38	32,36%	709,83	18,63%

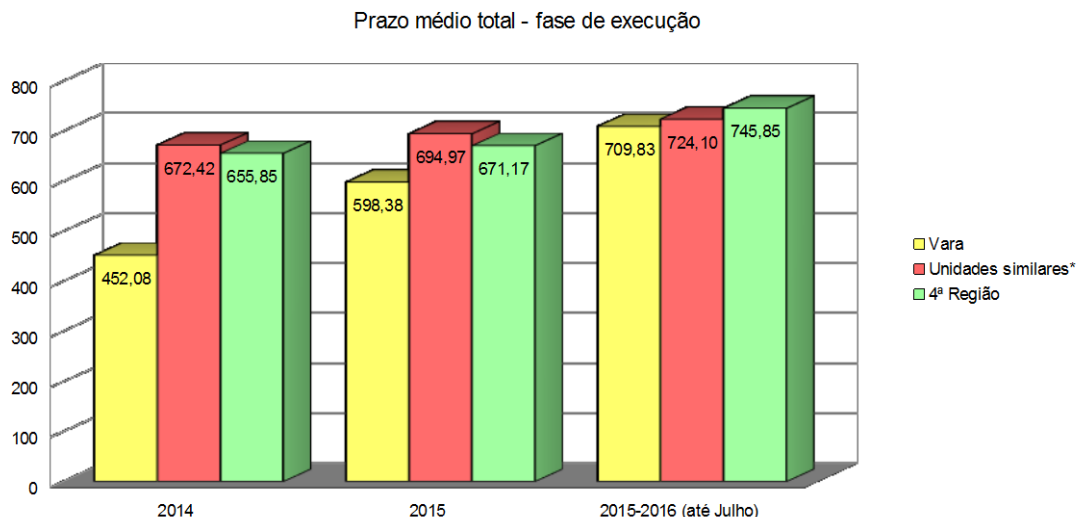
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 30.08.2016)

O prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da fase de execução, nos processos em que o executado era ente privado, avançou de 418,77 dias, em 2014, para 550,05 dias, em 2015. Entre janeiro e julho de 2016, a média aumentou para 648,77 dias, prazo 17,95% maior que o do período anterior.

Quando o executado era ente público, o prazo médio de tramitação na fase de execução subiu de 1.180,82 dias, em 2014, para 1.232,69, em 2015. Novo aumento nos primeiros sete meses de 2016, nos quais o lapso de tramitação foi de 1.467,07 dias, o qual equivale a um aumento de 19,01% na comparação com 2015.

Constatou-se que o tempo de tramitação total na fase de execução na 25ª Vara Trabalho de Porto Alegre, em 2015, foi 13,9% mais célere (96,59 dias) que o das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e 10,84% mais célere (72,79 dias) que a média de toda a 4ª Região. Sinala-se que a Unidade, em 2015, reduziu as diferenças existentes em 2014.

Finalmente, verifica-se que nesses sete primeiros meses de 2016, o prazo médio da Unidade foi 1,97% menor (14,27 dias) que a média das demais Unidades com movimentação processual similar e 4,83% menor (36,01 dias) que o prazo apurado em toda a primeira instância da 4ª Região.



5 METAS

5.1 METAS DO CNJ – ANO DE 2015



5.1.1 Meta 1: “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

META 1/2015 CNJ			
Distribuídos até 31.12.2015	Solucionados até 31.12.2015	%	Resultado
1.759	1.441	81,92%	Meta não cumprida

5.1.2 Meta 2: “Identificar e julgar, até 31.12.2015, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2013”.

META 2/2015 CNJ			
Processos não julgados até 31.12.2013	Processos distribuídos até 31.12.2013 e julgados entre 1º.01.2014 e 31.12.2015	%	Resultado
876	863	98,52%	Meta cumprida

5.1.3 Meta 5: “Baixar, em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

META 5/2015 CNJ			
Casos novos de execução em 2015	Execuções baixadas* em 2015	Grau de Cumprimento	Resultado
506	739	146,05%	Meta cumprida

* Segundo o Glossário das Metas de 2015, execuções baixadas correspondem aos processos de execução baixados definitivamente (Consulta e-Gestão D.06), bem como aquelas execuções em que pendente apenas pagamento de precatório, ou que pendente apenas pagamento de custas processuais.

5.1.4 Meta 6: “Identificar e julgar até 31.12.2015 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2012, no primeiro grau, e até 31.12.2013, no segundo grau”.

META 6/2015 CNJ			
Ações coletivas não julgadas até 31.12.2012 (exceto os suspensos)	Ações coletivas distribuídas até 31.12.2012 e julgadas entre 1º.01.2013 e 31.12.2015	Grau de cumprimento	Resultado
9	9	100,00%	Meta cumprida

5.1.5 Meta 7: “Identificar e reduzir em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior”.

Dez maiores litigantes TRT4, em 31.12.2014	Nº de processos tramitando na Unidade em 31.12.2014	Acervo de processos tramitando em 31.12.2015
---	--	---



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Wms Supermercados do Brasil Ltda.	46	51
Estado do Rio Grande do Sul	39	32
Clinsul Mão de Obra e Representação Ltda. (Em Recuperação Judicial)	35	6
Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan	3	5
União	18	10
OI S.A.	27	28
Proservi Serviços de Vigilância Ltda. (Em Recuperação Judicial)	35	5
Caixa Econômica Federal - CEF	10	9
Banco do Brasil S.A.	8	10
Hospital Nossa Senhora da Conceição	66	51

Total em 2014	Total em 2015	Percentual atingido	Resultado
287	207	-27,87%	Meta cumprida

5.1.6 Metas do CNJ específicas da Justiça do Trabalho em 2015:

a) “Para o 1º grau dos TRT que contabilizaram o prazo médio acima de 200 dias, reduzir em 1% o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento em relação ao ano base de 2014”.

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 PRAZO MÉDIO DA FASE DE CONHECIMENTO				
Prazo médio TRT4 2014 – fase de conhecimento	Prazo médio na Unidade em 2014	Prazo médio da Unidade em 2015	Prazo médio que deveria ter sido alcançado em 2015	Resultado
228,17	312,39	295,58	309,27	Meta cumprida

b) “Aumentar em 1% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014”.

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 NÚMERO DE ACORDOS NA FASE DE CONHECIMENTO						
	2013	2014	Média 2013/2014	2015	Meta para 2015	Resultado
Total de acordos	602	486	544	570	550	Meta cumprida



5.2 METAS DO CNJ – ANO DE 2016

5.2.1 Meta 1: “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

META 1/2016 CNJ			
Distribuídos até 31.07.2016	Solucionados até 31/07/2016	%	Resultado parcial (até 31.07.16)
1.129	955	84,59%	Indicativo de não cumprimento da meta

5.2.2 Meta 2: “Julgar, até 31.12.2016, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2014”.

META 2/2016 CNJ			
Processos não julgados até 31.12.2014	Processos distribuídos até 31.12.2014 e julgados entre 1º.01.2015 e 31.07.16	%	Resultado parcial (até 31.07.16)
1.233	1.118	90,67%	Meta já cumprida

5.2.3 Meta 3: “Aumentar em 2% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014”.

META 3/2016 CNJ						
	2013	2014	Média 2013/2014	2016 (até 31.07.16)	Meta para 2016	Resultado parcial (até 31.07.16)
Total de acordos	602	486	544	323	555	Indicativo de não cumprimento da meta
Média mensal de acordos	50,17	40,5	45,33	46,14	46,25	

5.2.4 Meta 5: “Baixar, em 2016, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

META 5/2016 CNJ			
Casos novos de execução em 2016	Execuções baixadas* em 2016 (até 31.07.16)	Grau de Cumprimento	Resultado parcial (até 31.07.16)
325	420	129,23%	Indicativo de cumprimento da meta

* Segundo o Glossário das Metas de 2016, execuções baixadas correspondem aos processos de execução baixados definitivamente (Consulta e-Gestão D.06), bem como aquelas execuções



em que pendente apenas pagamento de precatório, ou que pende apenas pagamento de custas processuais.

5.2.5 Meta 6: “Identificar e julgar até 31.12.2016 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2013, no primeiro grau, e até 31.12.2014, no segundo grau”.

META 6/2016 CNJ	
Ações coletivas distribuídas até 31.12.2013 pendentes de solução	Resultado
1	Meta ainda não cumprida

5.2.6 Meta 7: “Identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior”.

Dez maiores litigantes TRT4, em 31.12.2014	Nº de processos tramitando na Unidade em 31.12.2015	Acervo de processos tramitando em 31.05.2016
Wms Supermercados do Brasil Ltda.	51	35
União	10	0
Estado do Rio Grande do Sul	32	27
Caixa Econômica Federal - CEF	9	17
Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan	5	5
OI S.A.	28	18
Banco do Estado do Rio Grande do Sul	37	28
Claro S.A.	24	33
Hospital Nossa Senhora da Conceição	51	35
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	20	20

Total em 2015	Total em 2016 (até 31.07)	Percentual atingido	Resultado
267	218	-18,35%	Indicativo de cumprimento da meta

6 AUDIÊNCIAS E DESEMPENHO DOS JUÍZES

6.1 PERIODICIDADE E COMPOSIÇÃO (MÉDIAS) DA PAUTA



A Unidade realiza sessões de audiências regularmente de segundas à sextas-feiras pela manhã e de segundas a quintas-feiras à tarde. A composição média das sessões é especificada nos quadros abaixo.

J1	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã	4-5 (P)	4-5 (P)	4-5 (P)	12-14 (I) 2-3 (U)	12-14 (I) 2-3 (I)

J2	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Tarde	6-8 (I) 1-2 (U) 3 (P)	6-8 (I) 1-2 (U) 3 (P)	6-8 (I) 1-2 (U) 3 (P)	6-8 (I) 1-2 (U) 3 (P)	

(Fonte: Informação da Secretária de Audiências Renata Busnello de Marchi em 05.09.2016)

Legenda:

I – Audiências iniciais de rito ordinário

U – Audiências unas de rito sumaríssimo

P – Audiências de prosseguimento

CPI – Cartas Precatórias Inquiritórias

E – Audiência de conciliação em processos em fase de execução

6.2 PAUTAS LIVRES

Tipo	Última Data Marcada		Próxima Data Livre	
	J1	J2	J1	J2
Inicial	21.10.2016	27.10.2016	21.10.2016	27.10.2016
Una Sumaríssimo	20.10.2016	03.10.2016	21.10.2016	04.10.2016
Instrução	10.08.2017	16.08.2017	03.08.2017	09.08.2017

(Fonte: Informação da Secretária de Audiências Renata Busnello de Marchi em 05.09.2016)

6.3 PRAZO MÉDIO DE AUDIÊNCIAS INICIAIS

Prazos médios (em dias)						
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.07.16)	Variação 2015- 2016
		Do Ajuizamento da Ação até a Realização da 1ª Audiência	Média Sumaríssimo	59,55	59,12	-0,72%
	Média Ordinário	63,24	65,33	3,29%	77,69	18,91%
	Média Geral	62,89	64,7	2,88%	76,49	18,22%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 30.08.2016)

O prazo médio geral das audiências iniciais na unidade subiu de 62,89 dias, em 2014, para 64,7 dias, em 2015 (aumento de 2,88%). No sumaríssimo, o prazo manteve-se praticamente estável, registrando pequena queda (0,72%)



em relação ao ano anterior. No rito ordinário, o prazo das audiências iniciais registrou elevação de 3,29%, totalizando 65,33 dias ao final do ano de 2015.

No período de janeiro a julho de 2016, os prazos das audiências iniciais, tanto no rito sumaríssimo quanto no ordinário, sinalizam elevações de 14,03% e 18,91%, totalizando, respectivamente, 67,42 dias e 77,69 dias.

É oportuno esclarecer, ainda, que os prazos médios apontados pelo Sistema e-Gestão levam em consideração todos os eventuais adiamentos de audiências determinados, o que pode elastecer a média verificada. O exame do tópico, portanto, deve ser realizado de forma conjunta com o item anterior.

Em consulta ao livro pauta no momento da inspeção, as pautas de audiências iniciais efetivamente disponíveis apresentam prazo médio inferior ao apontado pelo Sistema e-Gestão.

6.4 PRAZO MÉDIO DE AUDIÊNCIAS DE ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO

Prazos médios (em dias)						
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.07.16)	Variação 2015- 2016
Da Realização da 1ª Audiência até o Encerramento da Instrução	Média Sumaríssimo	30,83	45,55	47,74%	41,19	-9,58%
	Média Ordinário	173,54	188,88	8,84%	243,70	29,03%
	Média Geral	156,91	174,19	11,01%	222,43	27,69%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 30.08.2016)

As audiências de prosseguimento no rito sumaríssimo, quando necessário, tiveram o prazo elevado de 30,83 dias, em 2014, para 45,55 dias, em 2015 (47,74%). Também o rito ordinário registrou aumento da média de 173,54 dias, em 2014, para 188,88 dias, em 2015 (8,84%). O prazo médio geral apresentou, no período, aumento de 11,011%. Entre janeiro e julho de 2016, novo aumento, de 27,69%.

Em consulta ao livro pauta no momento da inspeção, as pautas de prosseguimento efetivamente disponíveis apresentam prazo médio superior ao apontado pelo Sistema e-Gestão.

6.5 AUDIÊNCIAS REALIZADAS

Juiz (a)	2015				
	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	TOTAL
André Sessim Parisenti	5	3	0	0	8
Eliane Covolo Melgarejo	749	465	89	19	1.322
Felipe Jakobson Lerrer	96	80	9	5	190



Flávia Cristina Padilha Vilande	509	303	64	6	882
Gabriela Lenz de Lacerda	15	18	2	0	35
Laura Balbuena Valente Gabriel	36	34	3	1	74
Rafael Moreira de Abreu	10	0	1	0	11
Valeria Heinicke do Nascimento	41	27	7	1	76
TOTAL	1.461	930	175	32	2.598

2016 (até 31.07.16)					
Juiz (a)	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	TOTAL
Edenir Barbosa Domingos	26	14	2	1	43
Eduardo Batista Vargas	12	9	2	30	53
Eliane Covolo Melgarejo	130	85	14	0	229
Flávia Cristina Padilha Vilande	445	252	59	9	765
Gustavo Pusch	201	134	31	2	368
Ivanise Marilene Uhlig De Barros	12	8	1	0	21
Luís Henrique Bisso Tatsch	14	7	2	31	54
Marcela Casanova Viana Arena	29	21	3	0	53
Total	869	530	114	73	1.586

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 30.08.2016)

6.6 ADIAMENTO DE PAUTA

Eventuais adiamentos de pautas deverão ser comunicados à Corregedoria Regional, para fins informativos, conforme previsto no art. 4º, § 8º do Provimento nº 250/2016, da Corregedoria Regional.

6.7 ASSIDUIDADE DOS MAGISTRADOS

Em cumprimento ao disposto no art. 18, II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a assiduidade dos magistrados foi verificada por meio das informações obtidas nos itens 2.1.4, 6.1 e 6.5 do presente relatório, e também por meio da visita correccional. Constatou-se que, à exceção dos afastamentos listados no item 2.1.4, os juízes comparecem regularmente para realização de audiências e atuação na Unidade Judiciária.

6.8 PROCESSOS SOLUCIONADOS

2015		
Juiz (a)	Com exame de mérito	Sem exame de mérito



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL	TOTAL	Total de processos solucionados
Adriana Ledur	-	7	0	7	-	7
Almiro Eduardo de Almeida	-	18	0	18	1	19
Ana Ilca Härter Saalfeld	-	2	0	2	-	2
Andrea Saint Pastous Nocchi	-	16	0	16	-	16
André Luiz da Silva Schech	-	10	0	10	-	10
André Sessim Parisenti	1	3	0	4	1	5
Anita Job Lübbe	-	2	0	2	-	2
Cacilda Ribeiro Isaacsson	-	9	0	9	-	9
Carlos Ernesto Maranhão Busatto	-	3	0	3	-	3
Cláudia Elisandra de Freitas Carpenedo	-	1	0	1	-	1
Cleiner Luiz Cardoso Palezi	-	3	0	3	-	3
Clocemar Lemes Silva	-	1	0	1	-	1
Clóvis Fernando Schuch Santos	-	1	0	1	-	1
Daniel de Sousa Voltan	-	4	0	4	-	4
Edenilson Ordoque Amaral	-	3	0	3	-	3
Edson Pecis Lerrer	-	2	0	2	-	2
Eliane Covolo Melgarejo	290	292	0	582	128	710
Eliseu Cardozo Barcellos	-	5	0	5	-	5
Felipe Jakobson Lerrer	39	60	3	102	14	116
Fernando Formolo	-	5	0	5	-	5
Flávia Cristina Padilha Vilande	193	11	0	204	76	280
Frederico Russomano	-	3	0	3	-	3
Gabriela Lenz de Lacerda	7	19	0	26	7	33
Gustavo Friedrich Trierweiler	-	2	0	2	-	2
Gustavo Pusch	-	8	0	8	-	8
Jarbas Marcelo Reinicke	-	10	0	10	-	10
Joe Ernando Deszuta	-	1	0	1	-	1
Kelen Patrícia Bagetti	-	30	0	30	-	30
Laura Balbuena Valente Gabriel	15	13	0	28	6	34
Luciane Cardoso Barzotto	-	5	0	5	-	5
Luis Carlos Pinto Gastal	-	3	0	3	-	3
Luis Fettermann Bosak	-	4	0	4	2	6
Marcela Casanova Viana Arena	-	4	1	5	-	5
Marcele Cruz Lanot Antoniazzi	-	2	0	2	-	2
Neusa Líbera Lodi	-	8	0	8	-	8
Nivaldo de Souza Junior	-	3	0	3	-	3
Rafael da Silva Marques	-	5	0	5	-	5
Rafael Moreira de Abreu	1	1	0	2	-	2
Táise Sanchi Ferrão	-	3	0	3	-	3



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Valeria Heinicke do Nascimento	24	33	0	57	16	73
Juiz não informado	-	1	0	1	-	1
TOTAL	570	616	4	1.190	251	1.441

2016 (até 31.07.16)						
Juiz (a)	Com exame de mérito				Sem exame de mérito	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgamentos	Outras decisões	TOTAL	TOTAL	
Adriana Ledur	-	1	0	1	-	1
Almiro Eduardo de Almeida	-	1	0	1	-	1
André Sessim Parisenti	-	3	0	3	-	3
Cloceimar Lemes Silva	-	27	0	27	-	27
Edenir Barbosa Domingos	8	3	0	11	3	14
Eduardo Batista Vargas	15	5	0	20	2	22
Eliane Covolo Melgarejo	51	120	12	183	19	202
Flávia Cristina Padilha Vilande	146	15	2	163	102	265
Gustavo Pusch	81	49	1	131	53	184
Ivanise Marilene Uhlig Dde Barros	3	7	0	10	2	12
Laura Balbuena Valente Gabriel	-	35	0	35	-	35
Leandro Krebs Gonçalves	-	145	1	146	3	149
Luís Henrique Bisso Tatsch	10	0	0	10	2	12
Marcela Casanova Viana Arena	9	14	0	23	4	27
Rosemarie Teixeira Siegmann	-	1	0	1	-	1
Total	323	426	16	765	190	955

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 30.08.2016)

6.9 PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA HÁ MAIS DE 50 DIAS

Esta Corregedoria dá ênfase às sentenças não proferidas no prazo de 50 dias, em atenção ao §3º do art. 6º da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho e ao processo de Consulta 5202-74.2016.5.00.0000 do CSJT.

Juiz(a)	Tipo de Incidente	Quantidade
Almiro Eduardo de Almeida	Processos de Cognição	01
Eliane Colvolo Melgarejo	Processos de Cognição	136
Eliane Colvolo Melgarejo	Embargos de Declaração	24
Flávia Cristina Padilha Vilande	Processos de Cognição	230



Flávia Cristina Padilha Vilande	Impugnações à sentença de liquidação	05
Flávia Cristina Padilha Vilande	Embargos à Execução	13
Gabriela Lenz De Lacerda	Processos de Cognição	01
Laura Balbuena Valente Gabriel	Embargos de declaração	07
Marcela Casanova Viana Arena	Processos de Cognição	01
Marcela Casanova Viana Arena	Embargos de declaração	02
Rosemarie Teixeira Siegmann	Processos de Cognição	01
Total: 421		

(Fonte: Consulta ao Projeto BI TRT4 em 02.09.2016. Mais de 50 dias anteriores à data da consolidação dos dados: 17.07.2016)

* A listagem das sentenças pendentes há mais de 50 dias consta em anexo ao final da presente ata de correição.

7 ROTINAS DE SECRETARIA

7.1 EXPEDIÇÃO DE NOTIFICAÇÕES e OFÍCIOS

As notificações e os ofícios urgentes são expedidos de imediato. Os demais estão sendo expedidos no prazo de 10 dias da assinatura do despacho que os determina. Tal prazo é resultado da estratégia adotada pela unidade para reduzir o protocolo, que estava muito atrasado. Esse prazo vem se reduzindo à medida que o protocolo está sendo colocado em dia.

Referiu o Diretor Substituto que cada vez há menos necessidade de expedir ofícios em razão da crescente utilização da correspondência eletrônica.

As notificações para a Procuradoria Regional (INSS) são feitas nas sextas-feiras.

7.2 EXPEDIÇÃO DE MANDADOS, AUTORIZAÇÕES JUDICIAIS, PRECATÓRIOS E RPVs

Mandados, autorizações judiciais, precatórios e RPVs são expedidos em 5 dias da determinação.

7.3 EXPEDIÇÃO DE ALVARÁS

A expedição de alvarás é atividade prioritária na unidade: são expedidos em 48h, no máximo.

7.4 DESPACHOS DE PROTOCOLO

A unidade recebe cerca de 85 petições, em média, por dia, considerando processos físicos e eletrônicos. As petições estão sendo despachadas em 48 horas. No dia da inspeção estavam sendo despachadas as petições protocoladas em 02.09.2016.



Há dois servidores na unidade em regime de teletrabalho que são responsáveis pelo PJe.

7.5 CERTIFICAÇÃO DE PRAZO

O prazo da unidade é certificado em 5 dias do vencimento em razão da existência de protocolo postal.

7.6 REMESSA DE AUTOS AO TRT

Os processos físicos são remetidos ao TRT uma vez por semana. Os eletrônicos são remetidos de imediato.

7.7 CONVÊNIOS

A unidade utiliza todos os convênios disponibilizados pelo TRT. A servidora responsável pela execução faz as pesquisas.

7.8 ARQUIVAMENTO DE PROCESSOS

São arquivados processos todos os dias.

7.9. EXECUÇÃO REUNIDA

A unidade conta com poucas execuções reunidas; não é prática usual.

7.10 PROCEDIMENTO EM RELAÇÃO AO BNDT

A unidade inscreve o devedor no cadastro depois do resultado da consulta ao Bacen, se negativo ou se forem opostos embargos. A retirada ocorre quando da extinção da execução.

7.11 EXAME DOS LIVROS

7.11.1 Advogados – Cargas Vencidas há mais de 10 dias da data da consulta ao sistema inFOR

	Processo	Prazo
1	0094600-97.2003.5.04.0025	09.04.2016
2	0112200-34.2003.5.04.0025	13.07.2016
3	0022200-51.2004.5.04.0025	15.07.2016
4	0022200-51.2004.5.04.0025	15.07.2016
5	0075100-45.2003.5.04.0025	25.07.2016
6	0076800-17.2007.5.04.0025	12.08.2016
7	0050300-74.2008.5.04.0025	15.08.2016
8	0000260-15.2013.5.04.0025	15.08.2016
9	0001356-02.2012.5.04.0025	19.08.2016
10	0062500-55.2004.5.04.0025	22.08.2016
11	0038600-67.2009.5.04.0025	22.08.2016



12	0076800-56.2003.5.04.0025	22.08.2016
13	0000619-33.2011.5.04.0025	23.08.2016

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 02.09.2016)

Conforme consulta ao Sistema inFOR, verificou-se que, embora estejam vencidos os prazos de devolução de autos há mais de 10 dias, há visível empenho por parte da Unidade, sobretudo por meio da expedição de despachos proferidos e notificações, na tentativa de cobrança e devolução desses processos.

7.11.2 Peritos – Cargas Vencidas há mais de 10 dias da data da consulta ao sistema inFOR

	Processo	Prazo
1	0001183-12.2011.5.04.0025	02.08.2016
2	0001155-44.2011.5.04.0025	01.06.2016
3	0000648-83.2011.5.04.0025	05.08.2016
4	0143800-97.2008.5.04.0025	15.08.2016
5	0000179-66.2013.5.04.0025	30.07.2016
6	0000969-50.2013.5.04.0025	02.08.2016
7	0000379-73.2013.5.04.0025	02.08.2016
8	0000017-71.2013.5.04.0025	11.08.2016
9	0000305-24.2010.5.04.0025	22.08.2016
10	0000666-07.2011.5.04.0025	22.08.2016

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 02.09.2016)

7.11.3 Mandados – Prazos vencidos há mais de 10 dias da data da consulta ao sistema inFOR

	Carga OJ	Processo	Prazo
1	025-00402/15	0000261-97.2013.5.04.0025	01.02.2016

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 02.09.2016)

8 EXAME DOS PROCESSOS

Para as análises realizadas nos itens seguintes, foram extraídas duas listagens distintas no sistema inFOR. No item 8.1, são analisados 10 autos físicos, escolhidos a partir da listagem de 50 processos aleatórios gerada pelo Sistema e disponibilizada para fins de correição à Assessoria Jurídica da Corregedoria. Para a análise do item 8.2, extraiu-se do sistema inFOR, em 02.09.2016, uma listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias,



a qual totalizou **141 processos**. Esse item verifica, por amostragem, a correção dos andamentos lançados pela Unidade Judiciária.

8.1 ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS

1	Processo nº 0000670-78.2010.5.04.0025
Fase: Conhecimento Aspectos Gerais dos autos: Ausência de certidão de remessa: autos remetidos à Corregedoria Regional, em 15-8-2016, sem a correspondente certidão nos autos (art. 106 da CPR). Movimentação Processual: nada a apontar.	
2	Processo nº 0020800-51.1994.5.04.0025
Fase: Execução Aspectos Gerais dos autos: Folhas em branco sem a correspondente inutilização (fls. 483v) (Art. 71 da CPR). Ausência de certidão de remessa: autos remetidos à Corregedoria Regional, em 15-8-2016, sem a correspondente certidão nos autos (art. 106 da CPR). Movimentação Processual: No sistema Infor consta, em 10-6-2015, o lançamento de "decisão/despacho" sem correspondência com os andamentos dos autos físicos, em afronta ao disposto no art. 94 da CPR.	
3	Processo nº 0096700-20.2006.5.04.0025
Fase: Liquidação Aspectos Gerais dos autos: Ausência de certidão de remessa: autos remetidos à Corregedoria Regional, em 15-8-2016, sem a correspondente certidão nos autos (art. 106 da CPR). Folhas em branco sem a correspondente inutilização (fls. 337v, 355v, 373v, 399, 444, 445, 524v, 525v) (Art. 71 da CPR). Autos provisórios sem numeração adequada: Autos provisórios juntados às fls. 501 e seguintes e 524 e seguintes sem numeração lançada no canto inferior direito. (Art. 66 da CPR) Ausência do termo de juntada: ausência do termo de juntada quanto à petição da reclamada das fl. 520. (Art. 101 da CPR). Ausência do termo de juntada: ausência do termo de juntada quanto à petição do reclamante das fls. 530-64 (Art. 101 da CPR). Movimentação Processual: proferido despacho em 12-11-2014, a expedição da devida notificação foi realizada apenas em 11-12-2014, o que configura excessiva demora no impulso processual. Na fl. 497v foi lançado termo de juntada de autos suplementares, os quais foram juntados apenas nas fls. 501 e seguintes, o que caracteriza desordem na juntada dos atos processuais, que não espelham de forma fidedigna os seus andamentos.	
4	Processo nº 0000376-21.2013.5.04.0025
Fase: Execução Aspectos Gerais dos autos: ausência de certidão de remessa: autos remetidos à Corregedoria Regional, em 15-8-2016, sem a correspondente certidão nos autos (art. 106 da CPR). Ausência de certidão de publicação das sentenças das fls. 273-80 e 285 (Art. 97 da CPR). Termo de juntada com informações incompleta: termo de juntada lançado à fl. 282v não especifica o tipo de manifestação da reclamada (embargos de declaração), em afronta ao art. 101, parágrafo único da CPR. Termo de juntada com informações incompleta: termo de juntada lançado à fl. 318v não especifica o tipo de manifestação apresentada (embargos à execução), em afronta ao art. 101, parágrafo único da CPR. Movimentação Processual: nada a apontar.	
5	Processo nº 0001413-88.2010.5.04.0025



Fase: Execução

Aspectos Gerais dos autos: ausência de certidão de remessa: autos remetidos à Corregedoria Regional, em 15-8-2016, sem a correspondente certidão nos autos (art. 106 da CPCR).

Folhas em branco sem a correspondente inutilização (fls. 337v, 355v, 373v, 399, 444, 445, 524v, 525v) (Art. 71 da CPCR).

Termo de juntada com informações incompleta: termo de juntada lançado à fl. 282v não especifica o tipo de manifestação da reclamada (recurso ordinário), nem tampouco os recolhimentos de custas e depósito recursal, em afronta ao art. 101, parágrafo único da CPCR.

Movimentação Processual: nada a apontar.

6

Processo nº 0000087-88.2013.5.04.0025

Fase: Liquidação

Aspectos Gerais dos autos: ausência de certidão de remessa: autos remetidos à Corregedoria Regional, em 15-8-2016, sem a correspondente certidão nos autos (art. 106 da CPCR).

Termo de juntada com informações incompleta: termo de juntada lançado à fl. 339v não especifica o tipo de manifestação da reclamada (recurso ordinário), nem tampouco os recolhimentos de custas e depósito recursal, em afronta ao art. 101, parágrafo único da CPCR.

Termo de juntada com informações incompleta: termo de juntada lançado à fl. 357v não especifica o tipo de manifestação do reclamante (contrarrazões), em afronta ao art. 101, parágrafo único da CPCR.

Movimentação Processual: proferido despacho no dia 20-6-2016, a correspondente notificação à parte foi expedida apenas em 25-7-2016, o que configura excessiva demora no impulso processual.

7

Processo nº 0041300-16.2009.5.04.0025

Fase: Execução

Aspectos Gerais dos autos: ausência de certidão de remessa: autos remetidos à Corregedoria Regional, em 15-8-2016, sem a correspondente certidão nos autos (art. 106 do CPCR).

Ausência de certidão de publicação da sentença das fls. 669-72 (Art. 97 da CPCR).

Movimentação Processual: proferido despacho no dia 15-7-2015, a correspondente notificação à parte foi expedida apenas em 13-8-2015, o que caracteriza excessiva demora no impulso processual.

8

Processo nº 0001199-63.2011.5.04.0025

Fase: Execução

Aspectos Gerais dos autos: ausência de certidão de remessa: autos remetidos à Corregedoria Regional, em 15-8-2016, sem a correspondente certidão nos autos (art. 106 da CPCR).

Termo de juntada com informações equivocadas: termo de juntada lançado à fl. 311v menciona a juntada de petição, quando em verdade são juntados autos suplementares (art. 101, parágrafo único da CPCR).

Ausência do termo de juntada: ausência do termo de juntada quanto à petição da das fls. 314-18. (Art. 101 da CPCR).

Ausência de certidão de publicação da sentença das fls. 325-7v (Art. 97 da CPCR).

Movimentação Processual: nada a apontar.

9

Processo nº 0001313-05.2010.5.04.0003

Fase: Conhecimento

Aspectos Gerais dos autos: ausência de certidão de remessa: autos remetidos à Corregedoria Regional, em 15-8-2016, sem a correspondente certidão nos autos (art. 106 da CPCR).

Folhas em branco sem a correspondente inutilização (fls. 1323v e 1359v) (Art. 71 da CPCR).

Movimentação Processual: nada a apontar.

10

Processo nº 0214700-96.1994.5.04.0025

Fase: Execução

Aspectos Gerais dos autos: ausência de certidão de remessa: autos remetidos à Corregedoria Regional, em 15-8-2016, sem a correspondente certidão nos autos (art. 106 da CPCR).



Movimentação Processual: nada a apontar.

* Os aspectos gerais dos autos são analisados a partir do início do período correccionado, em janeiro de 2015.

8.2 IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR

No quadro abaixo, são listadas as práticas irregulares da Unidade quando do registro de andamentos no INFOR, auferidas no exame da listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, extraída em 02.09.2016.

Aguardando julgamento de AI ou RR sem andamento específico – Processos Exemplos:	
0001480-19.2011.5.04.0025	0001501-92.2011.5.04.0025
0001231-34.2012.5.04.0025	0001372-53.2012.5.04.0025
Demora no impulso processual – Processos Exemplos:	
0000149-36.2010.5.04.0025	0044600-83.2009.5.04.0025
Registros desatualizados – Processos Exemplos:	
0001330-67.2013.5.04.0025	0001387-56.2011.5.04.002
0000253-57.2012.5.04.0025	0000252-72.2012.5.04.0025

8.3 EXAME DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS

Conforme informação do Diretor de Secretaria, a Unidade Judiciária observa a norma contida no art. 18, I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, de que trata do pronunciamento explícito nos autos acerca do exame dos pressupostos de admissibilidade dos recursos encaminhados ao Tribunal. Salienta-se que a referida Consolidação vigeu até 15.03.2016, por quase todo o período correccionado. De todo modo, a nova Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, em seu art. 26, I, repete “ipsis litteris” o art. 18, I, supracitado.

8.4 LIBERAÇÃO DE DEPÓSITO RECURSAL

Segundo informação do Diretor de Secretaria não ocorre liberação de ofício do depósito recursal. Há liberação quando há pedido, depois de citada a reclamada, ou quando são apresentados embargos à execução, até o limite do valor incontroverso, ou então após o decurso do prazo para embargos.

8.5 CITAÇÃO DO(S) SÓCIO(S) EM CASO DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EXECUTADA



Por ocasião da correição, o Diretor de Secretaria Substituto informou que, quando há desconsideração da personalidade jurídica da executada, primeiro realizam consulta ao sistema BacenJud para depois citar o sócio.

9 PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO - PJe

Conforme Cronograma de Implantação do Processo Judicial Eletrônico deste Regional aprovado pelo TST, o PJe foi implantado na Unidade Judiciária em 23.09.2013.

Foram analisados alguns agrupadores e caixas representativos da movimentação e gerenciamento, pela Secretaria, dos processos que tramitam no meio eletrônico. A análise foi efetuada remotamente em 02.09.2016, ocasião em que o acervo processual da 25ª Vara do Trabalho de Porto Alegre contava com 2.726 processos na fase de conhecimento, 77 processos na fase de liquidação, 244 processos na fase de execução e 2.220 processos arquivados.

Agrupador	Quantidade de Processos
Processos com pedido de sigilo nos documentos não apreciado	16
Processos com petições avulsas	18
Processos com habilitações nos autos não lidas	7
Processos com pedido liminar ou de antecipação de tutela não apreciado	1
Processos com petições não apreciadas	69 0021638-56.2015.5.04.0025 (22.08.2016)
Mandados devolvidos pelo Oficial de Justiça	5
Processos com audiências não designadas	4
Processos aguardando encaminhamento do secretário de audiência (atas assinadas)	1

Pasta	Subpastas	Quantidade de Processos	Mais antigo	Data
Aguardando Cumprimento de Providência	Conhecimento 2016 – mês 12 – 01 a 10	258	0020300-81.2014.5.04.0025	17.03.2015
Aguardando Término dos Prazos	Conhecimento Rossana	282	0020489-88.2016.5.04.0025	05.07.2016
Prazos vencidos	Conhecimento	22	0021201-78.2016.5.04.0025	30.08.2016
Análise do Conhecimento	Conhecimento Fazer Certidões Narratórias	31	0021630-79.2015.5.04.0025	17.08.2016
Preparar Comunicação	Conhecimento Fazer Notificações Audiência Inicial	48	0021342-97.2016.5.04.0025	29.08.2016



Triagem Inicial	Conhecimento	3	0021315-17.2016.5.04.0025	29.08.2016
Aguardando Cumprimento de Providência –Liq	Liquidação 2016 – mês 09	17	0020238-75.2013.5.04.0025	26.07.2016
Aguardando término dos prazos -Liq	Liquidação Diego	40	0020082-87.2013.5.04.0025	15.08.2016
Prazos vencidos	Liquidação	2	0020976-92.2015.5.04.0025	30.08.2016
Aguardando Cumprimento de Providência	Execução 2016 – mês 10	42	0020331-67.2015.5.04.0025	01.04.2016
Aguardando término dos prazos	Execução Herton	78	0020894-27.2016.5.04.0025	17.06.2016
Prazos Vencidos	Execução	6	0020260-02.2014.5.04.0025	25.08.2016
Preparar comunicação	Execução execução	6	0020423-79.2014.5.04.0025	23.08.2016

Todos os servidores utilizam o sistema do PJe - à exceção de um servidor que chegou há pouco na unidade -, ainda que nem todos realizem minutas de despacho. Há dois servidores atuando em teletrabalho, por carteira, os quais têm como tarefas o protocolo, o prazo, as notificações e a remessa para o TRT dos processos eletrônicos. A execução é realizada por tarefa.

9.1 ANÁLISE DOS PROCESSOS ELETRÔNICOS

Para apontamentos específicos quanto ao andamento/movimentação processual, foram selecionados e analisados os seguintes processos entre os dias 23.08 e 24.08.2016:

1	Processo nº 0021298-49.2014.5.04.0025
Fase: Conhecimento Movimentação Processual: demora no impulso processual – 1) após o vencimento do prazo em 06.05.2016 (ID 7d52bf4) para contrarrazões pelo reclamante, sem manifestação da parte, não houve impulso processual quanto à remessa do processo ao Tribunal, conforme determinado no despacho proferido em 26.04.2016 (ID 36016e5). 2) Demora no impulso processual entre a sentença proferida em 11.03.2016 (ID f988c73) e a expedição de notificações para ciência das partes e do perito em 12.04.2016 (IDs 02df3ae e 9c91675). Processo na pasta de tarefa “Remeter ao 2o Grau” desde 08.07.2016.	
2	Processo nº 0020144-59.2015.5.04.0025
Fase: Conhecimento Movimentação processual: demora no impulso processual – 1) certidão “de ordem” expedida em 20.05.2016 (ID d87e9e9) relativa ao procedimento de consulta de veículo, com cumprimento efetivado em 05.07.2016 (ID 08bc4c5). 2) Despacho proferido em 29.07.2016 (ID b98afb1), determinando expedição de ofício, sem cumprimento verificado até 23.08.2016. Processo na pasta de tarefa “Preparar comunicação - Fazer e-mail/ofício” desde 18.08.2016.	



3	Processo nº 0020200-58.2016.5.04.0025
Fase: Conhecimento	
Movimentação processual: demora no impulso processual – audiência inicial realizada em 14.04.2016 (ID bcdb8a1) com encerramento da instrução e determinação da conclusão para sentença após o prazo da reclamada para vistas acerca de eventuais diferenças apontadas pelo reclamante. Transcorrido o prazo em 10.05.2016, não foi efetivada a referida conclusão.	
O processo permanece na pasta de tarefa “ <i>aguardando audiência</i> ” desde 10.05.2016. Todavia, não é verificada designação de data para audiência.	
4	Processo nº 0021181-87.2016.5.04.0025
Fase: Conhecimento – Carta Precatória	
Movimentação Processual: demora no impulso processual – despacho proferido em 29.07.2016 (ID b571a6e), determinando o cumprimento da Carta Precatória notificatória, sem cumprimento verificado até 23.08.2016.	
Processo na pasta de tarefa “ <i>Preparar comunicação - Fazer e-mail/ofício</i> ” desde 17.08.2016.	
5	Processo nº 0020108-51.2014.5.04.0025
Fase: Liquidação	
Movimentação processual: demora no impulso processual – 1) entre apresentação de petição de cálculos pelo reclamante em 07.07.2015 (ID 3971329), e notificações expedidas às reclamadas em 03.08.2015 (IDs 69af190 e c1a647f). 2) Demora no impulso processual entre vencimento do prazo preclusivo em 22.10.2015 (ID bf41b48) para 1ª reclamada apresentar manifestação sobre os cálculos retificados e impulso processual subsequente, o qual foi efetivado, apenas, em 05.02.2016 (ID 81d52b4), com a expedição de notificação à 2ª reclamada. 3) Manifestação de concordância apresentada pela 2ª reclamada em 22.02.2016 (ID 11b9ff4), sem impulso processual posterior, por iniciativa do Juízo, até 23.08.2016.	
Processo na pasta de tarefa “ <i>Minutar Decisão - Liq</i> ” desde 02.08.2016.	
6	Processo nº 0020938-17.2014.5.04.0025
Fase: Liquidação	
Movimentação processual: demora no impulso processual – entre vencimento do prazo recursal em 15.09.2015 (ID 8804b54), sem interposição de recurso pelas partes, e decisão subsequente de liquidação de sentença proferida, apenas, em 18.02.2016 (ID 493da09).	
7	Processo nº 0020869-82.2014.5.04.0025
Fase: Liquidação	
Movimentação processual: demora no impulso processual – entre vencimento do prazo recursal em 21.10.2015 (IDs 5f8c6cf - 684b955), sem interposição de recursos, e despacho subsequente proferido, apenas, em 22.03.2016 (ID 0cbf264), determinando a notificação das partes para manifestar interesse em apresentar cálculos.	
8	Processo nº 0020210-39.2015.5.04.0025
Fase: Execução	



Movimentação processual: demora no impulso processual – entre decisão proferida em 27.06.2016 (ID 3a0044d), determinando o lançamento da conta de liquidação e citação para pagamento ou garantia do juiz, com cumprimento efetivado em 29.07.2016 (IDs e8053ba e 9392ae3).

Processo na pasta de tarefa “Prazos vencidos - ROSSANA” desde 09.08.2016.

9

Processo nº 0020219-98.2015.5.04.0025

Fase: Execução

Movimentação processual: demora no impulso processual – **1)** decisão proferida em 10.11.2015 (ID 4af87fe), determinando a atualização da conta e realização de penhora pelo sistema Bacenjud, com cumprimento efetivado, apenas, em 26.02.2016 (ID eff041). **2)** Após o envio de e-mail à Corregedoria da Justiça Estadual em 16.06.2016 (ID eeca998), ainda sem resposta, não houve impulso processual posterior por iniciativa do Juízo.

10

Processo nº 0020158-77.2014.5.04.0025

Fase: Execução –

Movimentação processual: demora no impulso processual entre o recebimento dos autos do TRT para prosseguimento em 13.01.2016 (e3334d1) e decisão inicial da fase de liquidação proferida, apenas, em 07.03.2016 (ID 6e7c8d9)

10 SERVIÇO DE APOIO TEMPORÁRIO – SAT

Conforme consulta ao cronograma estabelecido pela Corregedoria Regional, a Unidade Judiciária requereu e, mediante deferimento, contou com a atuação da equipe do Serviço de Apoio Temporário – SAT de 25 a 29.01.2016; de 03 a 05.02.2016; de 29.02.2016 a 04.03.2016 e de 07 a 11.03.2016.

11 OUVIDORIA

Constam na Ouvidoria deste TRT 09 expedientes relativos à 25ª Vara do Trabalho de Porto Alegre durante o período correccionado: 04 no ano de 2015 e 05 neste ano de 2016, abaixo listados:

Ano	Protocolo nº	Processo nº
2015	598/2015	0001479-34.2011.5.04.0025
2015	1185/2015	0139600-33.1997.5.04.0025
2015	2639/2015	0047300-71.2005.5.04.0025
2015	5864/2015	01197200602504002
2016	1157/2016	0020365-13.2013.5.04.0025
2016	1287/2016	0020945-72.2015.5.04.0025
2016	1852/2016	0114200-94.2009.5.04.0025



2016	2000/2016	00011831220115040025
2016	2160/2016	0020440-18.2014.5.04.0025

12 CONSIDERAÇÕES SOBRE A UNIDADE

Em termos de movimentação processual, a unidade situa-se na faixa de 1.501 a 2.000 processos por ano. O acervo processual da unidade vem registrando aumento desde o ano de 2014, principalmente nas fases de conhecimento e liquidação. O prazo médio de tramitação do processo entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença é superior ao das unidades similares e ao do TRT4. Também na fase de execução o prazo médio de tramitação vem aumentando consideravelmente: 57% de 2014 até julho de 2016.

Na fase de conhecimento, constata-se que vêm aumentando o número de processos pendentes de solução: eram 1.025 processos em 2013 e 1.752 no final de julho de 2016. O número de processos na fase de liquidação é pequeno se comparado às demais fases. A execução teve acréscimo de 12,79% no acervo durante o período correccionado, índice superior às unidades similares.

O percentual de acordos realizados na fase instrutória é inferior ao das unidades similares.

A unidade cumpriu as Metas estabelecidas para o ano de 2015, à exceção da Meta 1. Ainda, percebe-se o empenho da unidade para atingir as Metas estabelecidas para o ano de 2016.

Na inspeção se pode verificar as boas instalações da unidade, a boa organização dos arquivos e a disposição das mesas. Todos os processos físicos estão bem arrumados, causando boa impressão a quem frequenta a secretaria.

Conforme consulta ao sistema RH, 16 (dezesseis) servidores saíram da unidade no período correccionado. Atualmente, o número de servidores da 25ª Vara do Trabalho está de acordo com os parâmetros previstos na Resolução nº 63/2010 do CSJT. No momento, a diretora da unidade está afastada em razão de licença maternidade. Há dois estagiários que auxiliam nos processos físicos, os quais não trabalham nos processos eletrônicos. Segundo o Diretor Substituto, dois estagiários são suficientes para dar o apoio necessário ao bom andamento das atividades.

Relatou o Diretor Substituto que a unidade esteve com vários problemas no ano passado, os quais foram sendo resolvidos ao longo deste ano. Prazo e protocolo estão em dia, assim como as demais tarefas da secretaria. Todos os servidores atuam no PJe, ainda que apenas dois de forma exclusiva. As atividades são realizadas em sistema misto de carteira e tarefa: nos processos físicos e na fase de execução, por tarefa; nas fases de conhecimento e liquidação, no PJe, por carteira. Há dois servidores que estão na modalidade de teletrabalho e são responsáveis por carteiras no PJe (quatro finais para cada um). Não é dada prioridade aos processos físico, os quais são feitos concomitantemente aos eletrônicos. Por oportuno, os processos físicos respondem por 34% do acervo da vara.



Os dados coletados previamente à correção por meio dos sistemas eletrônicos disponíveis à Vice-Corregedoria e confirmados durante a inspeção revelam que a 25ª Vara do Trabalho de Porto Alegre superou as dificuldades encontradas no ano anterior, adota rotinas de secretaria adequadas e possui um bom ambiente de trabalho.

A Unidade merece ser parabenizada pelos resultados obtidos, pelo comprometimento do Diretor de Secretaria Substituto Andreson Dressler e pela sua forma de condução do trabalho, pelo engajamento dos servidores bem como pelo empenho dos Juízes em exercício na unidade.

13 RECOMENDAÇÕES

ITEM 3.6 (Incidentes Processuais)

Recomenda-se que, periodicamente, sejam consultadas as tabelas do sistema e-Gestão para verificação dos incidentes processuais há mais de seis meses pendentes de decisão, com correção dos andamentos informatizados, quando for o caso.

Reitera-se que tais dados possuem reflexos inclusive nos processos de promoções dos Magistrados.

ITEM 5.2.1 (Meta CNJ 1/2016)

Recomenda-se à Unidade Judiciária que adote as medidas necessárias para o cumprimento dessa meta, considerando-se que o número de processos solucionados em 2015 foi inferior ao número de processos distribuídos no mesmo período (item 5.1.1), de forma que a meta CNJ 1/2015 não foi cumprida pela Unidade Judiciária.

ITEM 5.2.5 (Meta CNJ 6/2016)

Recomenda-se que a Unidade Judiciária acompanhe o trâmite da ação e, tão logo finda a causa da suspensão do processo nº **0000793-76.2010.5.04.0025**, tome as providências necessárias para que este processo tenha tramitação prioritária, com prolação de sentença no menor prazo possível.

ITENS 6.3 e 6.4 (Prazo médio das audiências iniciais e de encerramento da instrução)

Recomenda-se que, quando da organização da pauta de audiências, a Unidade observe o caráter prioritário dos processos do rito sumaríssimo, e adote as providências necessárias para o cumprimento do prazo de 15 dias para designação da audiência inicial, estabelecido no art. 852-B, III, da CLT, assim como que não seja excedido o lapso de 40 dias para marcação de audiências iniciais, e o lapso de 180 dias para o encerramento da instrução desde a realização da audiência inicial.



ITEM 9.1 (Processo Judicial Eletrônico – Pje)

Atente a Secretaria para as seguintes recomendações:

- a) como forma de evitar a ocorrência da situação observada no processo nº 0020200-58.2016.5.04.0025, recomenda-se a realização de verificação periódica na pasta de tarefa “*aguardando audiência*” com a finalidade de identificar possíveis processos que não possuam audiência designada e permaneçam na referida pasta;
- b) após o retorno dos autos do Tribunal, realize, com brevidade, o impulso processual mediante o despacho ou a decisão pertinente ao prosseguimento, em especial, no que concerne ao início da fase de liquidação de sentença;
- c) atente para a necessidade da prática dos atos de notificação logo após a publicação dos despachos, decisões e sentenças com determinações nesse sentido;
- d) atente para os prazos previstos para a prática dos atos processuais e cumpra, com a maior brevidade possível, as determinações contidas nos despachos e decisões, em especial, no que concerne ao lançamento de conta atualizada após a homologação dos cálculos, bem como a efetivação de tentativa de bloqueio de valores mediante a utilização do convênio Bacenjud;
- e) transcorrido o prazo recursal, sem a interposição de recursos, realize, com a maior brevidade possível, a conclusão processual necessária ao início da fase de liquidação de sentença;

14 DETERMINAÇÕES

14.1. SECRETARIA

ITEM 3.5.3 (Banco Nacional de Devedores Trabalhistas)

Determina-se que a Unidade Judiciária efetue a exclusão dos devedores do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) **nos processos descritos no item 3.5.3**, com o registro no campo “quitado” na respectiva aba do sistema inFOR. Destaca -se que esse procedimento deve ser sempre efetuado com prioridade, nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011.

ITEM 3.6 (Incidentes Processuais)

Determina-se que a Unidade Judiciária, a fim de sanar as distorções estatísticas verificadas:

- a) observe que a elaboração da minuta da sentença de julgamento de embargos de declaração no PJe-JT deve sempre ser feito no editor simples na tarefa “Minutar sentença – ED”, acessada a partir do subfluxo “Controle manual –



Prazos pós-sentença”. Antes do encaminhamento do processo para assinatura pelo magistrado, através da tarefa “Analisar sentença – ED”, deve-se fazer o registro do resultado do julgamento, selecionando um ou mais dos movimentos disponíveis (de acordo com a quantidade de EDS julgados);

b) observe a secretaria a específica solução dada aos incidentes processuais, conforme o resultado da apreciação judicial (Acolhidos/Não acolhidos/Acolhidos em parte os Embargos de declaração; Concedida/Não concedida/Concedida em parte a antecipação de tutela (nome da parte);

c) dê a específica solução aos incidentes processuais do tipo “antecipação de tutela”, listados no item 3.6. e anexo 01 deste relatório;

d) lance os andamentos informatizados, com data retroativa, relativos à conclusão e à extinção dos embargos de declaração opostos no processo nº 0001444-40.2012.5.04.0025;

e) lance os andamentos informatizados, com data retroativa, relativos à conclusão e à extinção da exceção de pré-executividade apresentada pela reclamada no processo n. 0006200-34.2008.5.04.0025.

ITENS 7.11.1 e 7.11.2 (Advogados e Peritos – Cargas vencidas há mais de 10 Dias)

Determina-se a cobrança dos autos com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, listados nos itens 7.11.1 e 7.11.2 deste relatório correcional, bem como a redução do lapso para esse fim.

Determina-se que sejam registradas no sistema informatizado as dilações de prazo deferidas.

ITEM 8.1 (Análise dos Processos Físicos)

Determina-se que a Unidade Judiciária:

a) adote o procedimento correto quanto à numeração e rubrica das folhas dos autos, conforme o disposto no art. 66 e §§ da CPCr. A numeração dos autos deve ser efetuada com clareza, de maneira legível, para evitar erros na sequência;

b) atente para a necessidade de inutilização das folhas em branco de acordo com o artigo 71 da CPCr;

c) evite procedimentos como os verificados no processo **0020800-51.1994.5.04.0025** uma vez que os andamentos do sistema informatizado devem espelhar com clareza e fidelidade os atos praticados nos autos, nos termos do art. 94 da CPCr;



- d) observe a necessidade de certificar nos autos as datas de suspensão, interrupção e vencimento dos prazos, segundo dispõe o artigo 95 da CPCR;
- f) observe o procedimento para a publicação das sentenças em Secretaria, conforme a previsão do art. 97 da CPCR;
- g) adote o procedimento correto quanto ao termo de juntada de documentos, petições e manifestações de qualquer espécie, lançando-o, sempre que possível, no verso da folha em que houve a última movimentação processual, conforme o disposto no art. 101, parágrafo único, da CPCR;
- h) observe o que dispõe o art. 106 da CPCR antes da remessa dos autos à instância superior;
- i) atente para a necessidade da prática dos atos de notificação logo após a publicação dos despachos, decisões e sentenças com determinações nesse sentido.

ITEM 8.2 (Irregularidades nos andamentos no InFOR)

A listagem de andamentos sem movimentação há mais de 30 dias resultou em 141 processos parados. Desta totalidade, excetuam-se os processos em situação regular (aguardam cumprimento de acordo, julgamento de Agravo de Instrumento ou Recurso de Revista, pagamento de precatório, andamento de outros processos, estão com prazo em andamento, suspensos/sobrestados/conclusos ou sendo movimentados pela Secretaria). Determina-se que a Unidade Judiciária regularize, com a maior brevidade possível, os andamentos processuais abaixo exemplificados e todos que estejam em situação similar. Para tanto:

- a) dê andamento específico aos processos que estão aguardando julgamento de AI ou RR, como nos de n. **0001480-19.2011.5.04.0025; 0001501-92.2011.5.04.0025; 0001231-34.2012.5.04.0025 e 0001372-53.2012.5.04.0025;** dentre outros;
- b) dê andamento e/ou atualize os registros nos processos de n. **0000149-36.2010.5.04.0025; 0044600-83.2009.5.04.0025; 0001330-67.2013.5.04.0025; 0001387-56.2011.5.04.0025; 0000253-57.2012.5.04.0025; 0000252-72.2012.5.04.0025.**

14.2 MAGISTRADOS

ITEM 6.9 (Sentenças com Prazo Excedido)

Determina-se que as Juízas Eliane Colvolo Melgarejo; Flávia Cristina Padilha Vilande; Gabriela Lenz de Lacerda; Laura Balbuena Valente Gabriel;



Marcela Casanova Viana Arena e Rosemarie Teixeira Siegmann profiram as sentenças nos processos conclusos há mais de 50 dias da data da correição, listadas ao final deste relatório, devendo ser observada a cronologia da data de conclusão.

As magistradas deverão informar a essa Vice-Corregedoria, **em dez dias, caso permaneçam pendências quando do recebimento deste relatório**, qual o prazo necessário para o cumprimento da determinação, apresentado plano de trabalho.

Na data da publicação deste relatório, não remanesce a pendência apontada no item 6.9, em relação ao Juiz Almiro Eduardo de Almeida.

O cumprimento do plano de trabalho enviado será acompanhado pela Secretaria desta Vice-Corregedoria.

15 PRAZO PARA RESPOSTA

O Diretor de Secretaria deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Vice-Corregedoria (exclusivamente pelo e-mail vice_cor@trt4.jus.br) sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

As Juízas Eliane Colvolo Melgarejo; Flávia Cristina Padilha Vilande; Gabriela Lenz de Lacerda; Laura Balbuena Valente Gabriel; Marcela Casanova Viana Arena e Rosemarie Teixeira Siegmann deverão atender as determinações respectivas constantes deste relatório, observados os prazos estipulados.

16 PRESENÇAS

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com o Juiz Substituto Gustavo Push, com o Diretor de Secretaria Substituto Anderson Dressler e com os servidores da Unidade Judiciária, o Vice-Corregedor Regional esteve na Secretaria da 25ª Vara Trabalho de Porto Alegre, das 14h30min às 15h, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratar de questões referentes a essa Vara do Trabalho. Ninguém compareceu.

17 ENCERRAMENTO

Registra-se a cordialidade dispensada pelo o Juiz Substituto Gustavo Push, pelo Diretor de Secretaria Substituto Anderson Dressler e pelos servidores presentes na Unidade Judiciária, os quais prestaram importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por nós, Andrea Koliver e Maria Eneida Giordani, Assessora e Chefe de Gabinete



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

da Vice-Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pelo Vice-Corregedor Regional.

Marçal Henri Figueiredo
Vice-Corregedor Regional



ANEXO 01

LISTAGEM DE PROCESSOS COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA PENDENTE DE SOLUÇÃO

0020032-56.2016.5.04.0025
0020043-85.2016.5.04.0025
0020048-10.2016.5.04.0025
0020077-60.2016.5.04.0025
0020080-15.2016.5.04.0025
0020146-92.2016.5.04.0025
0020173-75.2016.5.04.0025
0020176-30.2016.5.04.0025
0020182-37.2016.5.04.0025
0020196-21.2016.5.04.0025
0020204-95.2016.5.04.0025
0020209-20.2016.5.04.0025
0020232-63.2016.5.04.0025
0020240-40.2016.5.04.0025
0020252-54.2016.5.04.0025
0020257-76.2016.5.04.0025
0020299-28.2016.5.04.0025
0020302-80.2016.5.04.0025
0020319-19.2016.5.04.0025
0020323-27.2014.5.04.0025
0020332-18.2016.5.04.0025
0020335-70.2016.5.04.0025
0020359-98.2016.5.04.0025
0020380-74.2016.5.04.0025
0020400-86.2016.5.04.0018
0020402-35.2016.5.04.0025
0020416-19.2016.5.04.0025
0020429-18.2016.5.04.0025
0020433-55.2016.5.04.0025
0020450-91.2016.5.04.0025
0020454-31.2016.5.04.0025
0020472-52.2016.5.04.0025
0020474-22.2016.5.04.0025
0020476-89.2016.5.04.0025
0020485-51.2016.5.04.0025



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

0020504-57.2016.5.04.0025
0020557-38.2016.5.04.0025
0020562-60.2016.5.04.0025
0020569-52.2016.5.04.0025
0020588-58.2016.5.04.0025
0020591-13.2016.5.04.0025
0020607-64.2016.5.04.0025
0020612-86.2016.5.04.0025
0020629-25.2016.5.04.0025
0020649-16.2016.5.04.0025
0020658-75.2016.5.04.0025
0020665-67.2016.5.04.0025
0020694-20.2016.5.04.0025
0020719-67.2015.5.04.0025
0020733-51.2015.5.04.0025
0020757-45.2016.5.04.0025
0020763-52.2016.5.04.0025
0020768-74.2016.5.04.0025
0020769-59.2016.5.04.0025
0020783-43.2016.5.04.0025
0020793-87.2016.5.04.0025
0020795-57.2016.5.04.0025
0020796-42.2016.5.04.0025
0020798-12.2016.5.04.0025
0020805-04.2016.5.04.0025
0020819-85.2016.5.04.0025
0020821-67.2016.5.04.0021
0020824-10.2016.5.04.0025
0020826-77.2016.5.04.0025
0020833-69.2016.5.04.0025
0020835-39.2016.5.04.0025
0020836-24.2016.5.04.0025
0020837-45.2016.5.04.0013
0020839-13.2015.5.04.0025
0020840-95.2015.5.04.0025
0020873-51.2016.5.04.0025
0020880-43.2016.5.04.0025
0020880-77.2015.5.04.0025
0020881-28.2016.5.04.0025
0020898-64.2016.5.04.0025



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

0020917-70.2016.5.04.0025
0020922-29.2015.5.04.0025
0020926-32.2016.5.04.0025
0020934-09.2016.5.04.0025
0020940-50.2015.5.04.0025
0020972-21.2016.5.04.0025
0020974-88.2016.5.04.0025
0020980-95.2016.5.04.0025
0020982-65.2016.5.04.0025
0020985-54.2015.5.04.0025
0020988-72.2016.5.04.0025
0021010-67.2015.5.04.0025
0021035-80.2015.5.04.0025
0021037-16.2016.5.04.0025
0021042-38.2016.5.04.0025
0021049-30.2016.5.04.0025
0021058-89.2016.5.04.0025
0021095-19.2016.5.04.0025
0021108-52.2015.5.04.0025
0021125-54.2016.5.04.0025
0021151-86.2015.5.04.0025
0021167-06.2016.5.04.0025
0021178-35.2016.5.04.0025
0021180-39.2015.5.04.0025
0021205-18.2016.5.04.0025
0021213-92.2016.5.04.0025
0021219-36.2015.5.04.0025
0021225-43.2015.5.04.0025
0021236-38.2016.5.04.0025
0021249-71.2015.5.04.0025
0021268-43.2016.5.04.0025
0021269-28.2016.5.04.0025
0021273-65.2016.5.04.0025
0021283-46.2015.5.04.0025
0021284-94.2016.5.04.0025
0021286-98.2015.5.04.0025
0021307-40.2016.5.04.0025
0021308-59.2015.5.04.0025
0021339-79.2015.5.04.0025
0021344-67.2016.5.04.0025



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

0021347-22.2016.5.04.0025
0021367-47.2015.5.04.0025
0021431-57.2015.5.04.0025
0021504-29.2015.5.04.0025
0021507-81.2015.5.04.0025
0021566-69.2015.5.04.0025
0021620-35.2015.5.04.0025
0021661-02.2015.5.04.0025
0021697-44.2015.5.04.0025
0021701-81.2015.5.04.0025
0021737-26.2015.5.04.0025
0021746-85.2015.5.04.0025
0021751-10.2015.5.04.0025
0021764-09.2015.5.04.0025



ANEXO 02

LISTAGEM DE PROCESSOS COM INCIDENTES PROCESSUAIS PENDENTES HÁ MAIS DE 50 DIAS DA DATA DA CORREIÇÃO (POR MAGISTRADO):

Almiro Eduardo de Almeida - Processos de Cognição (01 processo)

0020720-86.2014.5.04.0025

Eliane Covolo Melgarejo – Processos de Cognição (136 processos)

0001152-21.2013.5.04.0025

0020119-46.2015.5.04.0025

0021597-26.2014.5.04.0025

0020686-77.2015.5.04.0025

0020084-86.2015.5.04.0025

0021407-63.2014.5.04.0025

0020721-71.2014.5.04.0025

0021685-64.2014.5.04.0025

0020949-12.2015.5.04.0025

0021707-25.2014.5.04.0025

0021734-08.2014.5.04.0025

0021434-97.2014.5.04.0008

0021745-37.2014.5.04.0025

0021113-74.2015.5.04.0025

0021723-76.2014.5.04.0025

0020054-51.2015.5.04.0025

0020019-91.2015.5.04.0025

0020035-45.2015.5.04.0025

0020031-08.2015.5.04.0025

0020776-85.2015.5.04.0025

0020265-87.2015.5.04.0025

0021190-20.2014.5.04.0025

0021306-26.2014.5.04.0025

0021081-69.2015.5.04.0025

0021682-12.2014.5.04.0025

0020808-90.2015.5.04.0025

0021276-88.2014.5.04.0025

0021448-30.2014.5.04.0025

0021446-60.2014.5.04.0025

0021113-11.2014.5.04.0025

0020122-98.2015.5.04.0025

0021447-45.2014.5.04.0025



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

0020067-50.2015.5.04.0025
0020061-43.2015.5.04.0025
0020373-19.2015.5.04.0025
0020229-45.2015.5.04.0025
0021397-19.2014.5.04.0025
0021755-81.2014.5.04.0025
0021577-35.2014.5.04.0025
0020200-92.2015.5.04.0025
0020155-88.2015.5.04.0025
0020111-69.2015.5.04.0025
0020768-11.2015.5.04.0025
0020150-66.2015.5.04.0025
0021622-39.2014.5.04.0025
0020224-23.2015.5.04.0025
0020089-11.2015.5.04.0025
0021264-40.2015.5.04.0025
0020552-50.2015.5.04.0025
0020266-72.2015.5.04.0025
0020250-21.2015.5.04.0025
0020218-16.2015.5.04.0025
0020216-46.2015.5.04.0025
0020241-59.2015.5.04.0025
0020289-18.2015.5.04.0025
0020128-08.2015.5.04.0025
0020268-42.2015.5.04.0025
0020595-84.2015.5.04.0025
0020329-97.2015.5.04.0025
0020301-32.2015.5.04.0025
0021294-12.2014.5.04.0025
0021106-82.2015.5.04.0025
0021694-26.2014.5.04.0025
0020083-04.2015.5.04.0025
0021753-14.2014.5.04.0025
0020336-89.2015.5.04.0025
0020102-10.2015.5.04.0025
0020353-28.2015.5.04.0025
0020094-33.2015.5.04.0025
0021664-88.2014.5.04.0025
0020389-70.2015.5.04.0025
0020405-24.2015.5.04.0025



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

0020431-22.2015.5.04.0025
0020693-69.2015.5.04.0025
0020415-68.2015.5.04.0025
0020409-61.2015.5.04.0025
0021192-53.2015.5.04.0025
0020648-02.2014.5.04.0025
0020435-59.2015.5.04.0025
0020235-52.2015.5.04.0025
0020871-18.2015.5.04.0025
0020293-55.2015.5.04.0025
0020222-53.2015.5.04.0025
0020669-41.2015.5.04.0025
0020354-13.2015.5.04.0025
0020169-72.2015.5.04.0025
0020347-21.2015.5.04.0025
0020900-05.2014.5.04.0025
0020129-90.2015.5.04.0025
0020190-48.2015.5.04.0025
0020674-63.2015.5.04.0025
0020571-56.2015.5.04.0025
0020519-60.2015.5.04.0025
0020493-62.2015.5.04.0025
0020238-07.2015.5.04.0025
0020116-91.2015.5.04.0025
0020966-48.2015.5.04.0025
0021736-75.2014.5.04.0025
0020744-80.2015.5.04.0025
0020551-65.2015.5.04.0025
0020297-92.2015.5.04.0025
0020554-20.2015.5.04.0025
0020545-58.2015.5.04.0025
0020549-95.2015.5.04.0025
0021520-17.2014.5.04.0025
0020377-56.2015.5.04.0025
0021666-58.2014.5.04.0025
0021322-77.2014.5.04.0025
0020553-35.2015.5.04.0025
0020335-07.2015.5.04.0025
0021402-07.2015.5.04.0025
0021133-65.2015.5.04.0025



0020931-88.2015.5.04.0025
0020535-14.2015.5.04.0025
0020635-66.2015.5.04.0025
0020529-07.2015.5.04.0025
0021747-07.2014.5.04.0025
0020477-11.2015.5.04.0025
0020604-46.2015.5.04.0025
0021118-33.2014.5.04.0025
0021267-92.2015.5.04.0025
0020529-41.2014.5.04.0025
0020029-38.2015.5.04.0025
0020821-89.2015.5.04.0025
0020645-13.2015.5.04.0025
0021053-04.2015.5.04.0025
0021621-20.2015.5.04.0025
0021650-70.2015.5.04.0025
0021501-74.2015.5.04.0025
0020342-96.2015.5.04.0025
0021508-03.2014.5.04.0025
0021489-17.2015.5.04.0007
0020588-92.2015.5.04.0025
0021722-57.2015.5.04.0025
0020462-76.2014.5.04.0025
0021457-89.2014.5.04.0025

Eliane Covolo Melgarejo - Embargos de declaração (24 processos)

0021138-24.2014.5.04.0025
0020694-88.2014.5.04.0025
0021408-48.2014.5.04.0025
0021332-24.2014.5.04.0025
0021403-26.2014.5.04.0025
0021335-76.2014.5.04.0025
0021271-66.2014.5.04.0025
0021363-44.2014.5.04.0025
0020856-83.2014.5.04.0025
0020360-54.2014.5.04.0025
0020945-72.2015.5.04.0025
0021102-79.2014.5.04.0025
0020242-15.2013.5.04.0025
0021569-58.2014.5.04.0025



0021467-36.2014.5.04.0025
0020204-32.2015.5.04.0025
0020483-18.2015.5.04.0025
0021389-42.2014.5.04.0025
0020245-33.2014.5.04.0025
0020086-90.2014.5.04.0025
0020423-45.2015.5.04.0025
0021165-07.2014.5.04.0025
0021640-26.2015.5.04.0025
0020165-35.2015.5.04.0025

Flávia Cristina Padilha Vilande – Processos de Cognição (230 processos)

0000014-48.2015.5.04.0025
0020979-81.2014.5.04.0025
0021196-27.2014.5.04.0025
0021312-96.2015.5.04.0025
0020096-03.2015.5.04.0025
0020137-67.2015.5.04.0025
0021252-60.2014.5.04.0025
0021219-36.2015.5.04.0025
0020234-67.2015.5.04.0025
0020164-50.2015.5.04.0025
0020209-54.2015.5.04.0025
0021262-70.2015.5.04.0025
0021728-98.2014.5.04.0025
0020007-77.2015.5.04.0025
0020649-50.2015.5.04.0025
0020166-20.2015.5.04.0025
0020834-88.2015.5.04.0025
0020220-83.2015.5.04.0025
0020253-73.2015.5.04.0025
0020228-60.2015.5.04.0025
0020263-20.2015.5.04.0025
0021647-52.2014.5.04.0025
0020919-74.2015.5.04.0025
0021706-40.2014.5.04.0025
0020333-37.2015.5.04.0025
0020833-06.2015.5.04.0025
0021138-87.2015.5.04.0025
0020077-94.2015.5.04.0025



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

0020117-76.2015.5.04.0025
0021677-53.2015.5.04.0025
0021568-39.2015.5.04.0025
0021718-20.2015.5.04.0025
0021357-45.2015.5.04.0011
0021266-10.2015.5.04.0025
0021058-60.2014.5.04.0025
0020256-28.2015.5.04.0025
0021400-37.2015.5.04.0025
0020622-67.2015.5.04.0025
0020861-71.2015.5.04.0025
0020786-32.2015.5.04.0025
0021735-56.2015.5.04.0025
0021336-27.2015.5.04.0025
0021132-80.2015.5.04.0025
0021229-80.2015.5.04.0025
0021606-85.2014.5.04.0025
0021277-73.2014.5.04.0025
0021372-06.2014.5.04.0025
0020385-67.2014.5.04.0025
0021281-76.2015.5.04.0025
0020152-36.2015.5.04.0025
0020866-93.2015.5.04.0025
0020796-76.2015.5.04.0025
0020073-57.2015.5.04.0025
0020713-60.2015.5.04.0025
0021787-52.2015.5.04.0025
0020076-12.2015.5.04.0025
0020520-45.2015.5.04.0025
0021021-96.2015.5.04.0025
0020269-27.2015.5.04.0025
0021692-56.2014.5.04.0025
0020459-87.2015.5.04.0025
0021151-86.2015.5.04.0025
0020257-13.2015.5.04.0025
0020274-49.2015.5.04.0025
0020362-87.2015.5.04.0025
0020047-86.2015.5.04.0016
0020094-96.2016.5.04.0025
0020067-16.2016.5.04.0025



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

0020288-33.2015.5.04.0025
0020387-03.2015.5.04.0025
0021667-70.2014.5.04.0016
0021463-62.2015.5.04.0025
0021665-73.2014.5.04.0025
0020110-50.2016.5.04.0025
0020407-91.2015.5.04.0025
0020420-90.2015.5.04.0025
0021728-64.2015.5.04.0025
0020158-43.2015.5.04.0025
0020345-51.2015.5.04.0025
0020446-88.2015.5.04.0025
0020275-34.2015.5.04.0025
0021604-81.2015.5.04.0025
0021499-07.2015.5.04.0025
0021445-07.2015.5.04.0004
0021449-15.2014.5.04.0025
0021360-55.2015.5.04.0025
0021418-58.2015.5.04.0025
0021751-10.2015.5.04.0025
0020070-68.2016.5.04.0025
0020563-79.2015.5.04.0025
0020384-48.2015.5.04.0025
0021349-26.2015.5.04.0025
0020381-93.2015.5.04.0025
0021693-07.2015.5.04.0025
0020524-82.2015.5.04.0025
0020447-73.2015.5.04.0025
0020401-84.2015.5.04.0025
0020385-33.2015.5.04.0025
0020448-58.2015.5.04.0025
0020404-39.2015.5.04.0025
0021592-67.2015.5.04.0025
0020169-38.2016.5.04.0025
0020780-25.2015.5.04.0025
0021802-21.2015.5.04.0025
0020484-03.2015.5.04.0025
0020498-84.2015.5.04.0025
0021374-39.2015.5.04.0025
0021225-43.2015.5.04.0025



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

0020245-96.2015.5.04.0025
0021614-62.2014.5.04.0025
0020501-39.2015.5.04.0025
0020465-94.2015.5.04.0025
0020391-40.2015.5.04.0025
0021176-36.2014.5.04.0025
0020454-65.2015.5.04.0025
0020172-90.2016.5.04.0025
0021700-96.2015.5.04.0025
0020412-16.2015.5.04.0025
0020011-80.2016.5.04.0025
0021290-38.2015.5.04.0025
0020543-88.2015.5.04.0025
0020509-16.2015.5.04.0025
0020183-56.2015.5.04.0025
0020006-58.2016.5.04.0025
0020547-28.2015.5.04.0025
0020924-96.2015.5.04.0025
0020025-64.2016.5.04.0025
0021779-75.2015.5.04.0025
0020540-36.2015.5.04.0025
0020507-46.2015.5.04.0025
0020237-22.2015.5.04.0025
0020304-84.2015.5.04.0025
0020471-04.2015.5.04.0025
0020682-40.2015.5.04.0025
0020337-74.2015.5.04.0025
0020300-47.2015.5.04.0025
0021165-70.2015.5.04.0025
0020539-51.2015.5.04.0025
0020338-59.2015.5.04.0025
0020534-29.2015.5.04.0025
0020581-03.2015.5.04.0025
0020348-69.2016.5.04.0025
0021205-86.2014.5.04.0025
0021242-16.2014.5.04.0025
0020441-66.2015.5.04.0025
0020140-85.2016.5.04.0025
0020842-65.2015.5.04.0025
0021559-14.2014.5.04.0025



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

0020513-53.2015.5.04.0025
0021211-93.2014.5.04.0025
0021698-29.2015.5.04.0025
0020687-62.2015.5.04.0025
0020090-59.2016.5.04.0025
0020696-24.2015.5.04.0025
0020442-17.2016.5.04.0025
0020425-15.2015.5.04.0025
0021084-24.2015.5.04.0025
0020692-84.2015.5.04.0025
0020699-76.2015.5.04.0025
0020728-29.2015.5.04.0025
0021742-82.2014.5.04.0025
0021623-41.2015.5.04.0008
0021568-14.2015.5.04.0001
0020403-54.2015.5.04.0025
0020480-87.2015.5.04.0017
0020095-18.2015.5.04.0025
0020315-79.2016.5.04.0025
0020705-83.2015.5.04.0025
0021398-04.2014.5.04.0025
0021209-89.2015.5.04.0025
0020530-55.2016.5.04.0025
0020560-90.2016.5.04.0025
0021010-67.2015.5.04.0025
0020243-29.2015.5.04.0025
0020410-12.2016.5.04.0025
0020767-26.2015.5.04.0025
0020608-83.2015.5.04.0025
0021216-81.2015.5.04.0025
0020759-49.2015.5.04.0025
0020640-88.2015.5.04.0025
0020414-83.2015.5.04.0025
0020775-03.2015.5.04.0025
0020736-06.2015.5.04.0025
0020942-20.2015.5.04.0025
0020825-29.2015.5.04.0025
0020847-87.2015.5.04.0025
0020393-73.2016.5.04.0025
0020589-43.2016.5.04.0025



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

0020211-87.2016.5.04.0025
0020326-11.2016.5.04.0025
0021583-42.2014.5.04.0025
0020811-45.2015.5.04.0025
0021522-50.2015.5.04.0025
0020856-49.2015.5.04.0025
0021193-38.2015.5.04.0025
0020851-27.2015.5.04.0025
0020912-82.2015.5.04.0025
0021197-75.2015.5.04.0025
0020939-65.2015.5.04.0025
0020642-58.2015.5.04.0025
0020425-78.2016.5.04.0025
0021628-12.2015.5.04.0025
0020428-33.2016.5.04.0025
0020623-52.2015.5.04.0025
0020849-23.2016.5.04.0025
0020848-72.2015.5.04.0025
0020952-64.2015.5.04.0025
0020962-11.2015.5.04.0025
0020774-18.2015.5.04.0025
0020929-21.2015.5.04.0025
0020421-75.2015.5.04.0025
0020482-96.2016.5.04.0025
0020398-32.2015.5.04.0025
0020308-87.2016.5.04.0025
0020709-23.2015.5.04.0025
0020798-46.2015.5.04.0025
0021367-47.2015.5.04.0025
0020972-55.2015.5.04.0025
0021205-52.2015.5.04.0025
0021050-83.2014.5.04.0025
0021150-04.2015.5.04.0025
0020455-16.2016.5.04.0025
0020260-65.2015.5.04.0025
0020313-46.2015.5.04.0025
0020965-63.2015.5.04.0025
0021496-52.2015.5.04.0025
0020593-17.2015.5.04.0025
0020312-27.2016.5.04.0025



0020091-78.2015.5.04.0025

0020862-56.2015.5.04.0025

Flávia Cristina Padilha Vilande - Impugnações à sentença de liquidação (05 processos)

0139600-33.1997.5.04.0025

0072400-38.1999.5.04.0025

0000692-34.2013.5.04.0025

0000401-68.2012.5.04.0025

0000334-40.2011.5.04.0025

Flávia Cristina Padilha Vilande - Embargos à execução (13 processos)

0001071-43.2011.5.04.0025

0001048-97.2011.5.04.0025

0072400-38.1999.5.04.0025

0136600-39.2008.5.04.0025

0000692-34.2013.5.04.0025

0000401-68.2012.5.04.0025

0053000-86.2009.5.04.0025

0000485-40.2010.5.04.0025

0000560-45.2011.5.04.0025

0000725-24.2013.5.04.0025

0000895-30.2012.5.04.0025

0000156-23.2013.5.04.0025

0020503-43.2014.5.04.0025

Gabriela Lenz de Lacerda - Instrução processual (01 processo)

0020691-36.2014.5.04.0025

Laura Balbuena Valente Gabriel - Embargos de declaração (07 processos)

0020457-54.2014.5.04.0025

0020487-89.2014.5.04.0025

0020527-71.2014.5.04.0025

0020521-64.2014.5.04.0025

0020520-79.2014.5.04.0025

0020429-86.2014.5.04.0025

0020408-13.2014.5.04.0025

Marcela Casanova Viana Arena – Processos de Cognição (01 processo)

0020667-71.2015.5.04.0025

Marcela Casanova Viana Arena - Embargos de declaração (02 processos)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

0021203-82.2015.5.04.0025

0020938-40.2015.5.04.0006

Rosemarie Teixeira Siegmann – Processos de Cognição (01 processo)

0001132-30.2013.5.04.0025